

FUNDADOR

16 de Maio de 1861



Feliciano de Andrade Moura

1.º PRESIDENTE

28 de Julho a 29 de Agosto de 1861

3.º PRESIDENTE

1 de Outubro a 14 de Novembro de 1868

HISTÓRIA
DA
SOCIEDADE HISTÓRICA
DA
INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
1861 a 1940

Compilada por

E. A. Ramos da Costa
Coronel de Artilharia e Engenheiro Fabril (E.E.)
Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz
Oficial da Ordem de S. Tiago (mérito literário científico e artístico)
Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar
Medalha de prata de bons serviços e da França (1916-1918)
Medalha da Victoria com Estrela
Sócio de Honra da Sociedade de Geografia (1898-1929)
Secretário Geral da SHIP (1922-1935)

Lisboa 1940

NOTA JUSTIFICATIVA

A colectividade Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 iniciou os seus trabalhos patrióticos em 16 de Maio de 1861.

Com acentuado e persistente espírito de patriotismo e de puro nacionalismo, durante uma vida de trabalho ininterrupto de 79 anos, conseguiu impor-se à consideração dos Altos Poderes do Estado, recebendo este, por vezes, a sua colaboração sincera e desinteressada, conforme se verifica no decorrer da sua longa história.

Em 1927 para que o título não ferisse certas susceptibilidades foi resolvido, unanimemente pelos seus sócios, modificarem-se os seus segundos estatutos, datados de 6 de Agosto de 1980, transformando-se na actual Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Durante muitos anos ignorou-se a existência desta tão antiga e benemérita colectividade.

Muitos portugueses e quasi toda a geração moderna desconhecem a sua existência e muito principalmente ignoram a sua acção, altamente patriótica e muito nacionalista, desenvolvida para prestigiar o nome de Portugal, contrariando todas e quaisquer ideias que tendam a ferir a dignidade da nossa Nação livre e independente.

Convidado em 1921 a ingressar no seio desta ilustre colectividade e investido no lugar de Secretário Geral tratei de reorganizar, até onde foi possível, o arquivo existente nessa data, porquanto parte do seu antigo e precioso arquivo desde 1861 foi devorado por um incêndio na Câmara Municipal de Lisboa, onde teve primeiramente a sua sede.

Após longas pesquisas consegui reunir as Actas desde 1861 e alguns documentos interessantes para a sua história, as quais felizmente não estavam na Câmara no dia do incêndio, mas sim em casa do secretário dessa época.

Igualmente fazem parte deste trabalho alguns artigos de Imprensa, que tem acompanhado a acção patriótica durante a sua existência.

Realiza-se neste ano de 1940 a comemoração do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, 1140-1640-1940, cuja iniciativa partiu em 1922 desta Sociedade.

É da maior oportunidade tornar-se conhecida dos portugueses residentes em território continental, insular e ultramarino e no Brasil, grande Nação Irmã e Amiga, a história duma sociedade das mais antigas e de melhores tradições patrióticas.

Eis a razão que motivou a publicação deste trabalho, deferindo o pedido de alguns consócios, meus dedicados companheiros de trabalho numa das fases mais activas da vida moderna da colectividade.

Se é pequeno o valor intrínseco do trabalho é contudo rico na origem que o determinou.

Organização duma Associação Nacional

1.º de Dezembro de 1640

Em 1861 vários políticos espanhóis e alguns portugueses, crentes que Portugal teria um lugar proeminente numa aliança com Espanha, propagavam, com insistência, o *iberismo* em várias revistas, jornais e folhetos.

Simultaneamente Fernandez de los Rios afronta o nosso país no seu livro *Ma Mission en Portugal*.

Estes factos anormais estimularam o patriotismo dos portugueses. Lisboa e as províncias, em Dezembro desse ano, comemoram, com desusado brilhantismo, o dia 1 de Dezembro, como resposta às afrontas recebidas dos ibéricos.

Um humilde mas sincero patriota, o industrial Feliciano de Andrade Moura, percorria em Maio as ruas de Lisboa entregando circulares, nas quais convidava os cidadãos residentes na cidade a comparecerem na rua Augusta, 193, com o fim de elaborarem colectivamente um desmentido solene às afirmações ibéricas dos castelhanos e dos falsos portugueses, talvez descendentes daqueles que, em 1580, prepararam a usurpação de Portugal por Filipe II de Espanha.

Efectivamente, em 16 de Maio de 1861, pelas oito e meia da noite, em casa do sr. Feliciano de Andrade Moura reuniram-se muitos habitantes de Lisboa de todas as posições sociais, animados de um fervoso sentimento patriótico, sendo resolvido *comemorar-se anualmente* a data do 1.º de Dezembro com o maior brilhantismo. A essa reunião presidiu Feliciano de Andrade Moura, secretariado por Pedro Wescelau de Brito Aranha e Joaquim António Gonçalves Teixeira.

Seguiu-se outra reunião no mesmo local no dia 24 de Maio, na qual Brito Aranha propôs a organização duma associação denominada *Associação Nacional 1.º de Dezembro de 1640*, e José Maria Chaves propôs para serem convidados os descendentes dos fidalgos portugueses que, em 1640, iniciaram a Revolução Nacional a fazerem parte da associação a organizar.

Em 31 de Maio nova reunião com a mesma presidência e os mesmos secretários, informando Brito Aranha ter conseguido saber serem os Condes de Almada D. Lourenço José Maria, Conde de Redondo D. José Luiz Gonzaga e D. Sebastião Maldonado, descendentes dos fidalgos de 1640, propondo para fazerem parte da Associação. Foi aprovada, por unanimidade, essa proposta e também a de José Maria Chaves para ser constituída uma *Comissão Central* de 40 membros, número simbólico dos conjurados. Foi resolvido que a eleição dessa comissão tivesse lugar em uma grande reunião pública.

Feliciano de Andrade Moura propõem a organização de uma lista composta de 40 nomes de pessoas de várias categorias sociais, incluindo os descendentes dos conjurados de 1640, anteriormente referidos.

Em 4 de Julho houve uma reunião muito concorrida para serem apreciados os nomes da lista acima referida, tendo Brito Aranha proposto uma nova sessão em 3 de Julho. Nesta sessão tomou-se conhecimento da resolução do Grémio Nacional, em promover uma grande reunião para se resolver comemorar a data do 1.º de Dezembro com luzimento, mas os seus corpos gerentes sabendo das intenções da nossa Associação resolveram aderir às nossas resoluções.

Nessa mesma sessão Feliciano de Andrade Moura informou ter ido uma comissão falar ao Marquês de Loulé, presidente do conselho de ministros, informando-o das intenções da Associação

que pretendia organizar e saber se haveria melindres do Governo para que as manifestações em 1 de Dezembro fossem ruidosas, sendo as respostas do chefe do Governo muito satisfatória, revelando grande patriotismo e tendo cedido o teatro D. Maria II para nele se realizar a grande reunião pública destinada à eleição dos 40 vogais da Associação.

A 3 e 9 de Julho novas sessões ainda em casa de Feliciano de Andrade Moura, mas quais se resolveu realizar-se a grande reunião pública no Palácio dos Condes de Almada, por amável deferência do sr. Luís de Castro Guimarães, arrendatário nessa época.

Foi também decidido em sessão de 12 de Julhos serem impressas 3.000 listas com os 40 nomes já designados nas sessões anteriores, e em sessão de 12 de Julho foram nomeadas as três mesas destinadas a auxiliarem o escrutínio secreto.

Nessa sessão Brito Aranha ofereceu editais impressos convidando o povo e as associações científicas, comercial, industrial e de artes e ofícios e colectividades técnicas a comparecerem, sendo confirmada a realização duma sessão pública no Domingo, 14 de Julho de 1861, pelo meio dia, no Palácio dos Condes de Almada, no Largo de S. Domingos em Lisboa.

Sessão Pública

Aos 14 de Julho de 1861 no histórico Palácio dos Condes de Almada em Lisboa realizou-se a sessão pública, previamente convocada por meio de editais e avisos convocativos profusamente distribuídos pela cidade de Lisboa, assistindo mais de 2.000 pessoas. Aberta a sessão pelo meio dia, foi dada a presidência a Feliciano de Andrade Moura, a alma organizadora deste movimento Pró Pátria e Pró Portugal, sendo secretariado por Pedro Wenceslau de Brito Aranha e Joaquim António Gonçalves Teixeira. Tomando a palavra o presidente proferiu um caloroso discurso patriótico salientando os fins e a utilidade da eleição, convidando o auditório a formar uma lista de 40 nomes para serem escolhidos por escrutínio secreto, os quais formariam uma Comissão Central para comemorar a data gloriosa de 1 de Dezembro, a qual deveria tomar o nome de Comissão Central de 1.º de Dezembro de 1640.

Em três mesas foram recolhidas cerca de três mil listas, obtendo maioria absoluta de votos quarenta indivíduos de categoria, entre várias classes da sociedade lisbonense.

Terminada a eleição e o apuramento, usou da palavra o grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães, discursando brilhantemente sobre a finalidade da Comissão eleita, agradecendo a sua eleição e propondo se constituísse a mesa com a presidência de Feliciano de Andrade Moura, a cuja perseverança se devia a organização daquele congresso eminentemente patriótico.

O sr. Andrade Moura agradeceu as palavras elogiosas de Coelho de Magalhães declarando não poder presidir a uma assembleia composta de homens ilustres pelo saber, pela ciência e de posição mais elevada à sua humilde posição social.

Após as suas palavras falaram novamente Coelho de Magalhães e outros oradores para demoverem Andrade Moura, recebendo este uma calorosa ovação. Não sendo possível demovê-lo da sua resolução procedeu-se à eleição da presidência, sendo eleitos António Esteves de Carvalho, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para presidente, e Feliciano de Andrade Moura para vice-presidente.

Foi seguidamente resolvido realizar-se no dia 28 de Julho a instalação e posse da Comissão, sendo encerrada a sessão pelas cinco horas da tarde entre calorosos vivas patrióticos a Portugal e à Independência.

Instalação e Posse
da
Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640

Auto de Posse

Aos vinte e oito dias do mês de Julho do ano de mil oitocentos e sessenta e um, no Palácio dos srs. Condes de Almada, no Largo de S. Domingos, número onze, hoje habitado pelo excelentíssimo senhor Luiz de Castro Guimarães, estando presentes os srs. Anselmo José Braamcamp, António Esteves de Carvalho, António José Pereira Serzedelo Júnior, António da Silva Tulio, Aires de Sá Nogueira, Custódio Firmo Rodrigues, Feliciano de Andrade Moura, Inocencio Francisco da Silva, João Barbosa Marreca, João Daniel de Sines, João Luiz Moraes Mantas, João Ricardo Cordeiro Júnior, Joaquim António Gonçalves Teixeira, José César Giurian, José Estevão Coelho de Magalhães, José Joaquim Alves Chaves, José Maria Chaves, José Maria Frazão, José Maurício Veloso, José do Nascimento Gonçalves Correia, José da Silva Mendes Leal Júnior, Luiz de Castro Guimarães, Luiz Teles de Melo, Luiz de Vasconcelos, Manuel Coelho Torrezão, Manuel de Jesus Coelho, Pedro Wenceslau de Brito Aranha, D. Sebastião Maldonado; e não tendo nenhum dos presentes recusado aceitar a comissão que lhe foi delegada em virtude da eleição pública, que se verificou aos quatorze de Julho corrente, neste mesmo Palácio dos srs. Condes de Almada, lavrei eu, Pedro Wenceslau de Brito Aranha, servindo de secretário, o termo de instalação que vai por todos assinado, na data acima.

Anselmo José Braamcamp
António Esteves de Carvalho
António José Pereira Serzedelo Júnior
António da Silva Túlio
Ayres de Sá Nogueira
Custódio Firmo Rodrigues
Feliciano de Andrade Moura
Inocência Francisco da Silva
João José Barbosa Marreca
João Daniel de Sines
João Luiz de Moraes Mantas
João Ricardo Cordeiro Júnior
Joaquim António Gonçalves Teixeira
José Cesar Giurian

José Estevão Coelho de Magalhães
José Joaquim Alves Chaves
José Maria Frazão
José Maurício Veloso
José do Nascimento Gonçalves Corrêa
José da Silva Mendes Leal
Luiz de Castro Guimarães
Luiz de Vasconcelos de Azevedo e Silva
Manuel Coelho Torrezão
Manuel de Jesus Coelho
Luiz Teles de Melo
Pedro Wenceslau de Brito Aranha
D. Sebastião António Maldonado

Lisboa, 28 de Julho de 1861.

Pedro Wenceslau de Brito Aranha

Defesa da Independência Nacional

COMBATE AO IBERISMO

O Presidente, eleito da Comissão, António Esteves de Carvalho, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, deliberou reunir num dos salões dessa câmara os portugueses que tinham lavrado o Auto de instalação e posse durante as semanas decorridas até 25 de Agosto, conseguindo também a comparência nessas sessões da Comissão dos srs. Alexandre Herculano, Dr. A. J. Ribeiro Gomes de Abreu, António José Marques Leal, Domingos Ferreira Pinto Basto, Francisco Vieira da Silva, J. Augusto de Freitas Oliveira, Joaquim José Pereira Guimarães, José Maria Chaves, José Maria da Silva e Albuquerque, Luís Filipe Leite, Conde de Almada (D. Lourenço) e Conde de Redondo (José Luís), estes dois últimos na qualidade de descendentes dos Restauradores de 1640, e todos eleitos na Sessão Pública de 14 de Julho de 1861.

Durante essas sessões foram discutidos vários assuntos de alto interesse patriótico, entre os quais sobressaiu a publicação e distribuição, por todo o país, dum *Manifesto* destinado a fazer vibrar a alma portuguesa contra as intenções absorventes dos *iberistas* localizados dentro e fora das fronteiras de Portugal, tendo sido encarregado da redacção desse manifesto os insignes portugueses: o historiador Alexandre Herculano, o orador José Estevão Coelho de Magalhães, e os escritores Dr. Gomes de Abreu, lente da Universidade de Coimbra, e António da Silva Túlio.

Da maneira como se desempenharam da missão que lhes foi confiada pela eleição de 3 000 portugueses, em sufrágio do povo de Lisboa, dos seus nomes, fala o seguinte:

MANIFESTO

A comissão eleita pelos cidadãos lisboenses que se reuniram no histórico palacio dos Condes de Almada, para prescrever o modo por que na capital se há de dar maior solemnidade ao anniversário da revolução de 1640, que restituiu a Portugal os fóros de nação independente, de que fôra esbulhada por Filipe II de Castella em 1580, julgou conveniente, antes de tomar qualquer arbítrio, expor aos seus eleitores e a todo o reino a interpretação que dá mandato com que foi honrada derivando essa interpretação não só dos termos em que elle é concebido, mas também do pensamento que attribue ao povo portuguez, na commemoração solemne que, tanto em Lisboa como n'outras terras do reino, deliberou fazer no dia 1.º de dezembro próximo.

O povo portuguez, seguro da sua existencia nacional, e conscio dos imprescriptiveis direitos em que ella assenta, sem ter esquecido as heroicas acções com que seus antepassados conquistaram e mantiveram a independência da patria, havia quasi apagado, pelo, pelo seu character humano e pacifico, a recordação publica de cruentas peijas, que foram mais um desengano, entre tantos que a historia accumula, de que a força e a ambição, por si sós, não lograram no mundo triumphos duradouros.

Depois que a Hespanha perdeu Portugal, por essa lei immutavel que em diferentes periodos, mas com o mesmo rigor, tem posto por terra todos os senhorios creados sómente pela violencia, os dois povos da peninsula, constituídos em nacionalidades separadas, tem corrido a mesma sorte, tanto nas contendias internas como na grande lucta européa, em que batalharam pelo mesmo principio, alcançando dos seus triumphos, não a sujeição de um ao outro, mas a independencia de ambos.

A França, com inteira abnegação, depoz no archivo das suas glorias militares o mappa das conquistas que fizera; e, convencida de que a sorte das armas fôra a sentença da rasão e da justiça, nem hoje, que tão crescida está em poder e tão voltada às suas recordações guerreiras, se julga com direito aos dominios que perdeu, nem tão pouco se mostra propensa a empregar os seus exercitos para os reconquistar á face da Europa.

A Hespanha, seguindo este exemplo, não se humilha; antes fôra mais para lhe estranhar a ella o intento de avassallar Portugal, do que á França o designio de retomar os estados que out'ora formaram o seu ephemero e revoltó imperio.

A dominação estrangeira gera sempre rancores que se transmitem de geração a geração, e que só o decurso do tempo pôde apagar; sobretudo quando esse dominio pesou duramente sobre uma nação ativa e generosa.

Ha quasi tres seculos que nossos avós caíram na servidão estranha. A Providencia punia talvez com esse castigo uma epocha de lastimosa decadencia moral. Sessenta annos de oppressão reanimaram pela dôr de crueis padecimentos, as virtudes publicas esmorecidas, e os brios heroicos de um povo de soldados. A gente portugueza quebrou então o jugo, e combateu. Deus abençoou os seus esforços. Suppunham que Portugal se ia dissolvendo no tumulo; e elle, como Lazaro, ergueu-se á voz do Senhor!

A lucta foi longa, e ainda hoje. n'esta terra da pátria, que é santa para nós, como esperamos que a seja para nossos netos, ha vestigios do que nos custou a independencia e a liberdade.

A geração que combateu, a geração que lavou com sangue o seu testamento politico nos campos de batalha ou nos muros rotos das povoações incendiadas, legou aos filhos uma herança de odio vingativo. Aquelles tempos não eram como estes nossos: e que o fossem se essa ruim paixão pôde ter desculpa, é quando se enraiza no coração do que é ou do que foi servo contra os seus oppressores.

Os annos volveram, a civilisação caminhou; a razão publica esclareceu-se: e d'esses rancores antigos não restava, entre o nosso povo, senão uma desconfiança que tinha a sua plena jnstificação na historia. O que fôra odio implacavel, e depois repugnancia tenaz, começou a converter-se, entre as classes mais cultas, n'uma sympathia propria de bons visinhos, e digna de povos civilisados e christãos.

Infelizmente houve quem tomasse esta transformação, que não é mais que indicio de progresso e de brandura nos costumes, como symptoma de indifferença pela propria nacionalidade. Houve quem pensasse, que seguindo o exemplo do nosso velho alliado dos tempos heroicos, o guerreiro Aragão, cujo elmo de bronze, dourado pelo sol de cem batalhas, jaz caído ao lado do leão de Castella, não nos repugnaria ver enxerir as quinas a um canto do escudo hespanhol! Era um d'aquelles equivocos que fazem sorrir mudamente; mas n'este caso, a mudez interpretou-se como indifferença, talvez como approvação.

Parte da imprensa periodica de Madrid suppoz que havia em Portugal quem estivesse enfadado de ser portuguez, e insinuou que, se nos unissemos á Hespanha, podiamos realizar altas phantasias de poder e engrandecimento, de que uma nação não precisa para ser feliz, nem aproveitar mais à civilisação commum para a qual todos os estados, pequenos e grandes, podem concorrer.

Porque deixámos passar sem constestação esses devaneios, pouco faltou para que tudo quanto constitue o nervo de uma nação, que os representantes de todas as actividades d'esta terra, os representantes da imprensa, da tribuna, da propriedade, do capital, do commercio, da milicia, do sacerdocio e da magistratura, fossem declarados ibericos! Pintavam um verdadeiro 1580.

Estas dissertações da imprensa interessada, e por isso incompetente, passaram as raias da peninsula, e acharam echo n'outra imprensa alem dos Pyrenéos, que tem a seu favor a presumpção de imparcialidade. Não affirmamos que o factio fosse fortuito e gratuito; o que sabemos só é que a poesia tornou-se doutrina, a utopia systema, e que depois d'isto não é permitido silencio.

Precisavamos, portanto, expor claramente a opinião unanime do povo portuguez, e assegurar aos homens e aos governos que se interessam no melhor regimento da familia européa, que é animo e deliberação nossa defender a integridade do territorio que possuimos, não acceitando aggregações incongruentes com o caracter e tradições nacionais, e que nos empenhamos, quanto cabe em nossas faculdades e nol-o permitem os obstaculos da governação que todos os povos tem encontrado nos aperfeiçoamentos sociaes, por sermos dignos de fazer parceria com as nações civilisadas, tanto pelos nossos feitos passados como pela nossa vida contemporanea.

Nenhuma rasão politica, moral ou economica, em beneficio commum da Europa, exige que Hespanha e Portugal formem um só estado; e o direito publico europeu, reconhecendo n'estes ultimos tempos, para todas as annexações e transacções politicas, como condição indispensavel, a vontade manifesta dos povos, não permite que se constranja uma nação, por mais pequena que seja, a abdicar o seu nome, o seu passado, a sua autonomia.

Portugal, avivando e celebrando com mais solemnidade o anniversario da reconquista da sua Independencia em 1640, nem pretende ferir o pundonor da briosa nação hespanhola, nossa amiga e alliada, nem resuscitar os odios que outr'ora inimisaram os dois povos convisinhos.

Não quer reptal-a. Não leva a mão á espada. Unicamente aponta para o seu direito, e diz á Europa que está decidido a defendel-o.

Nenhum outro motivo inspirou aos portuguezes a idéa de manifestar o seu patriotismo, determinando sem insinuação nem concerto prévio, na capital, nas provincias, em cidades e aldeias, repor na memoria nacional, com a devida solemnidade, o anniversario da Restauração da nossa Independencia em 1640.

O modo mais adequado de celebrar este anniversario, pareceu-nos ser aquelle mesmo que estabeleceram os nossos libertadores, com o addicionamento que a nossa gratidão lhes deve.

Na circular que junta com este manifesto, dirigimos ás commissões já instituidas, e ás que se houverem de crear, vão indicados os alvitres que adoptamos.

O sentimento publico, assim como se moveu, de por si, a esta manifestação, ha de realisa-la com sisudeza, sem ostentações vas, e com a circumspecção que demanda tal solemnidade.

Lisboa, 25 de Agosto de 1861.

Assinaram :

Alexandre Herculano

Anselmo José Braamcamp

Antonio Esteves de Carvalho

Dr. A. J. Ribeiro Gomes de Abreu

Antonio José Marques Leal

A. José Pereira Serzedello Junior

Antonio da Silva Tullio

Ayres de Sá Nogueira

Conde de Almada

Conde de Redondo

Custodio Firmo Rodrigues

Domingos Ferreira Pinto Basto

Feliciano de Andrade Moura

Francisco Vieira da Silva

Innocencio Francisco da Silva

J. Augusto de Freitas Oliveira

João José Barbosa Marreca

João Daniel de Sines

João Luiz de Moraes Mantas

João Ricardo Cordeiro Junior

J. Antonio Gonçalves Teixeira

Joaquim José Pereira Guimarães

José Cesar Giurian

José Estevão Coelho de Magalhães

José Joaquim Alves Chaves

José Maria Chaves

José Maria Frazão

José Maria da Silva e Albuquerque

José Mauricio Velloso

J. do Nascimento Gonçalves Corrêa

José da Silva Mendes Leal Junior

Luiz Augusto Rebello da Silva

Luiz de Castro Guimarães

Luiz Filippe Leite

Luiz Telles de Mello

L. de Vasconcellos d'Azevedo e Silva

Manuel Coelho Torrezão

Manuel de Jesus Coelho

Pedro Wenceslau de Brito Aranha

D. Sebastião Maldonado.

Á sessão na qual foi aprovada a última redacção deste manifesto seguiram-se sessões normais no último dia de cada semana, decidindo-se que fossem enviados manifestos a todas as Câmaras Municipais e organizadas e instaladas comissões em todas as freguesias de Lisboa, com a intenção de secundar a *Comissão Central* na sua propaganda patriótica, devendo o manifesto ser acompanhado duma circular elucidativa da maneira como deveria ser comemorada a data festiva do dia 1.º de Dezembro.

Também foi resolvido serem encarregados Alexandre Herculano, Inocêncio Francisco da Silva e Anselmo Braamcamp de traduzirem o *Manifesto* em francês e inglês para serem enviados exemplares aos consules de Portugal residentes em França e em Inglaterra.

A circular, acompanhando o manifesto, distribuído profusamente dentro do país e no estrangeiro, era assim redigida:

A Comissão eleita em Lisboa para regular o modo por que se ha de celebrar nesta capital o anniversario do memorável dia 1.º de Dezembro de 1640, decidiu sem discrepancia, que as usuaes demonstrações de regosijo publico, os festejos ruidosos que promovem ajuntamentos e excitam manifestações às vezes imprudentes, não condiziam com a gravidade e sisudeza que deve ter a commemoração d'este anniversario nacional; tanto assim, que os proprios Restauradores da nossa independencia, se limitaram a celebral-o e perpetual-o com a solemnidade religiosa, de acção de graças ao Supremo Arbitro do destino das nações; voto este que, nós, como seus descendentes e catholicos, devemos cumprir, solicitando que se observe em todas as parochias da monarchia.

Além d'este dever religioso, todos os testemunhos, perennes da nossa gratidão prestados á memoria dos libertadores do reino, serao bem cabidos n'esse dia, excepto os ephemos, que, embora alegrem o animo, não deixam na memoria do povo a recordação permanente d'este grande feito de patriotismo, o mais audacioso de que ha memoria na historia universal.

Pelo que, resolveu a Comissão:

1.º-Que o Te-Deum instituido pelos restauradores da Independencia de Portugal em 1640, e que ainda annualmente se canta na Sé de Lisboa, seja este anno celebrado com a maxima solemnidade ()*

2.º-Que nesse dia, e na frente do Palacio dos condes de Almada, onde se reuniram e conspiraram os auctores da gloriosa Revolução de 1640, se levante um padrão em que se gravem e perpetuem os seus nomes, com a seguinte inscrição: AOS RESTAURADORES DE 1640: A CIDADE DE LISBOA EM 1861.

3.º-Que se publique, também n'esse dia, um compendia da historia de tão patriótica e legitima revolução, para ser distribuido gratuitamente pelas escolas publicas do reino, e generalisado pele povo, com o iutuio de lhe inflamar o amor e zelo da independencia nacional, cuja restauração e manutenção tanto custou a nossos avós.

4.º-Que estas deliberações se comuniquem ás commissões já instituidas, e ás que se houverem de crear, afim de que todas concorram para a unidade d'esta manifestação nacional.

Não cabendo no tempo que decorre até ao proximo dia 1.º de Dezembro, adoptar outros alvitres que foram propostos á Comissão Central, decidiu-se que ficassem reservados para oportunamente se lhes dar solução.

Lisboa, 30 de setembro de 1861. - O Presidente, Antonio Esteves de Carvalho.-Os secretarios, João

Todos os jornais de Lisboa e da província inseriram nas suas colunas esse Manifesto, alguns dos quais fizeram honrosas referencias ao intuito do manifesto e as intenções patrióticas da Comissão Central.

Simultaneamente eram instaladas sub-comissões em todas as freguesias de Lisboa, preparando-se, com grande método, uma solene comemoração da data do 1.º de Dezembro em Lisboa e em todas as cidades, vilas e até nas mais recônditas aldeias. Essa comemoração foi um imponente e categórico pronunciamento com o fim de emudecer as vozes dos iberistas.

Um acontecimento inesperado veio inutilizar os denodados esforços desses bons portugueses. Em 11 de Novembro de 1861 falecia D. Pedro V, o bondoso rei, do qual ainda hoje se respeita a sua Memória, não se realizando os festejos nesse ano.

O ano de 1862 foi consagrado à distribuição metódica do *Manifesto*, à instalação de sub-comissões na maior parte das sédes dos concelhos e a preparar os festejos do 1.º de Dezembro.

Esses festejos foram solenes, podendo-se afirmar que a acção da Comissão Central fez despertar o brio patriótico e Portugal em 1 de Dezembro de 1862 vibrou de entusiasmo comemorando a data solene da Restauração da Independência.

A Sessão noturna realizada no histórico Palacio dos Condes de Almada revestiu o caracter duma manifestação pública. Nessa sessão usaram da palavra António Esteves de Carvalho, (agraciado pelo Governo com o título de Barão de Santa Engrácia em 5 de Novembro de 1862), e outros oradores.

O Palácio Almada, todos os edifícios do Estado e muitos particulares iluminaram profusamente, realizaram-se iluminações em todas as freguesias de Lisboa e o povo, em densas massas, inundava as ruas, cantando ao som de filarmónicas, canções patrióticas.

O êxito dessa comemoração, desusada em Lisboa, deve-se à direcção da *Comissão Central* e em especial ao esforço e trabalho perseverante do seu fundador, Feliciano de Andrade Moura.

Tão verdadeira é esta afirmação que, em sessão de 9 de Novembro de 1862 o presidente Barão de Santa Engrácia, propõe um voto de louvor a esse bom português, aprovado por aclamação e exarado na Acta.

Durante o ano de 1863 continuou a *Comissão Central* a realizar semanalmente as suas sessões, recebendo entusiásticas respostas das comissões das freguesias e das câmaras municipais que aderiram, com fervor patriótico, ao *Manifesto* que lhes havia sido enviado.

Sendo o Barão de Santa Engrácia, presidente da Câmara Municipal, ordenou a reunião das sessões numa das salas do palácio municipal, onde iniciou o Arquivo, já nessa data constituído pelas valiosas respostas das câmaras e das subcomissões paroquiais, como consta do Livro das Actas.

A 20 de Novembro de 1863, manifesta-se um grande incêndio na Câmara Municipal de Lisboa e o valioso arquivo da *Comissão Central* foi devastado, salvando-se o Livro das Actas e o Auto da posse de 28 de Julho de 1861, por estarem em casa do secretário Pedro Wenceslau de Brito Aranha.

Este infausto acontecimento enlutou a Comissão e entibiou os componentes mais

^(*) – Por determinação das Côrtes de 20 de Janeiro de 1641 foi mandado celebrar anualmente Té-Deum no dia 1.º de Dezembro em todas as Sés de Portugal.

entusiasmados que também sofreram moralmente com os falecimentos de José Estevão Coelho de Magalhães, o exímio orador e sócio fundador, e do seu ilustre presidente Barão de Santa Engracia, que tantos serviços tinham prestado.

Após tão grandes revezes teria sucumbido a *Comissão* se o ilustre patrióta Feliciano de Andrade Moura, com a sua inquebrantável fora de vontade, não tomasse conta dos destinos da *Comissão*.

Com um enorme poder de trabalho e durante uma luta de três anos incompletos, demonstrou mais uma vez o seu patriotismo, aliado à perícia e bom senso, conseguindo realizar sempre em todos os anos até 1866, em 1 de Dezembro, a ornamentação do Palácio Almada e O Te. Deum na Sé de Lisboa.

Em 17 de Novembro de 1866, com o fim de reconstituir a *Comissão Central*, fez distribuir por todos os componentes, ainda vivos, a seguinte Circular:

Ilmo Sr.

O abaixo assignado, vice-presidente da Comissão 1.º de Dezembro de 1640, convida os membros da referida Comissão a reunirem-se para tratarem do estado da mesma, na próxima terça-feira 20 do corrente pelas 7 horas da noite numa das salas do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Palácio dos Condes de Almada.

Lisboa, 17 de Novembro de 1866.

Feliciano de Andrade Moura

A reunião foi muito concorrida, tomando a presidência Andrade Moura, secretariado pelos sócios António da Silva Túlio e Pedro W. Brito Aranha.

Aberta a sessão, o presidente relatou os seus trabalhos desde 1862 e salientou, com mágoa, os revezes passados, congratulando-se contudo com a presença de tão ilustres colegas acudindo ao seu apelo, esperando do seu patriotismo a fazerem ressurgir a nossa colectividade.

Tendo sido muito aplaudido o discurso da presidência, Silva Túlio usou da palavra e fez a leitura dum seu trabalho literário, que foi impresso no *Arquivo Pitoresco* (Vol. IV a pag.º 291). Desse trabalho merece destacar-se as seguintes palavras:

«Duvidar dos nossos brios e do nosso amôr a esta terra gloriosa foi sempre a suprema injúria que se podia fazer a portugueses. Deus não pode querer que a mereçamos.»

A direcção teve de activar em 1867 a instalação definitiva das sub-comissões nas freguesias, cujo trabalho tinha sido iniciado em 1861, e bem assim pugnar junto delas e das

câmaras municipais para que se realizasse a grande aspiração de ser levantado um monumento aos Restauradores da Independência em 1640.

Para se ajuizar do patriotismo e do auxílio que essas subcomissões prestaram á *Comissão Central* basta transcrever uma circular emanada da subcomissão, presidida pelo estadista Joaquim Tomaz Lobo de Ávila, e dirigida a dois jornais de Lisboa. Por ela se infere ser perfilhada a ideia de ser erguido um *Monumento aos Restauradores*.

CIRCULAR

Sr. redactor. - É dever da pátria honrar a memória dos seus mais dedicados filhos. E Portugal, que tantos factos apresenta, na sua historia, de nobre patriotismo e da mais acrisolada heroicidade, não tem, talvez, prestado as homenagens devidas aos que, destacando-se do vulgo, souberam, por suas virtudes e merecimentos, elevar-se a primeiros entre os mais dignos.

Mais de dois seculos vão passados, desde que o esforço, sem par, e valor sublime dos heroes de 1640, dando ás nações um grande exemplo de devoção civica e de amor pela independência da sua terra, libertaram a pátria do jugo estrangeiro, erguendo do pó o estandarte das quinas, que uma grande catastrophe deixara abatido nos areas de Africa.

E Portugal, livre ate 1580, livre foi em 1640.

Aonde está o padrão commemorativo d'este grande feito da nossa historia?

O reconhecimento por serviço tão prestante, por acto heróico, existe immorredouro no coração de todos os portuguezes, que amam e estremeceem o seu paiz, e ahi está, sem duvida, o mais perduravel e egregio monumento, que os homens de 1640, poderiam exigir dos seus vindouros. Mas nem por isso nos é licito deixar de erigir outro padrão, que torne bem patente, que evidencie a todos, que Portugal preza a sua nacionalidade e a quer conservar a todo o transe, e por isso honra, estima e venera a memória dos que lh'a restituiram.

Os abaixo assinados, compenetrados d'estas ideias e sentimentos, estão convencidos da conveniência de ser levantado um Monumento, que perpetue a memória do heróico feito de João Pinto Ribeiro e de todos os que com elle contribuíram para restaurar a autonomia portuguesa, e portanto vem solicitar dos seus concidadãos o auxilio necessário para que esta empreza, eminentemente nacional e patriótica, se possa realizar, contando com a cooperação de todos os portuguezes, e com a especial da imprensa, d'esse grande sustentáculo das liberdades publicas.

Os abaixo assinados, constituídos em commissão, rogam, pois, a V. Ex.^a. a publicação d'esta circular no seu periódico, e esperam que annuindo a este pensamento, queira abrir a subscrição com este intuito.

Deus Guarde a V. Ex.^a Lisboa, 20 de dezembro de 1867. - Presidente, Joaquim Tomaz Lobo d'Avila. - Vice-Presidente, Hermenegildo Augusto de Faria Blanc. - Thesoureiro, José Maria Camilo de Mendonça. - Vogaes, Antonio Augusto Coutinho da Silva Carvalho - Antonio de Azevedo Mello e Carvalho - António Gomes de Sousa Leal- António José Duarte Nazareth - António José Gomes Netto - Eduardo Coelho - Eduardo Tavares - Francisco José Tavares - José Maria Lobo d' Avila -José Ribeiro da Cunha; Secretarios, Bernardino de José Senna Freitas Junior - Antonio Maria Pereira Carrilho.

foto

Nos primeiros dias do ano de 1868 a imprensa de Madrid recomeça com violência e com periodicidade, artigos violentos e subversivos contra a Independência de Portugal. Mais uma vez os espanhóis eram e se vangloriavam de serem incorrigíveis, pensando na absorção de Portugal e esquecendo as atitudes dos portugueses em 1385 e em 1640 e a acção que os portugueses mantiveram durante 28 anos decorridos desde 1640 a 1668 para bem firmarem a Restauração da sua Independência.

Além desses artigos jornalísticos era distribuído profusamente o célebre livro *Ma Mission en Portugal* de Fernandez de los Rios antigo ministro em Lisboa, livro êsse que provocou uma forte reacção em Portugal, tendo os letrados portugueses, dessa época respondido em artigos cheios de são patriotismo, sobressaindo um livro intitulado *Portugal e os seus Detractores* do escritor Luiz Augusto Palmeirim, obra monumental, refutando os aleives e ofensas exaradas naquele livro espanhol.

A *Comissão Central* entra numa fase de decidida defesa da Independência de Portugal e de combate às ideias ibéricas, labutando para obter fundos destinados à compra de armamento para o nosso exército.

Nas sessões de 19 e 26 de Setembro, Freitas e Oliveira, deputado da Nação, e Ayres de Sá Nogueira propõem que se inicie uma subscrição nacional para compra de armamento, aberta entre os portugueses residentes nos territórios metropolitano, insular e ultramarino e no Brasil.

Andrade Moura, em sessão de 1 de Outubro, salienta a gravidade das afirmações ibéricas propondo:

«que se torna necessária e oportuna uma demonstração para fazer calar as asserções dos propagandistas do iberismo, correspondendo assim á expectativa do país que, de modo algum quere perder a sua Independência».

(...)

Foi nomeada uma subcomissão composta de D. Luiz Maria de Carvalho Daun e Lorena, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, capitão D. Luiz da Câmara Leme, Conde de Almada, Ayres de Sá Nogueira, D. Sebastião Maldonado, conselheiro José da Silva Mendes Leal e comendador Francisco Lourenço da Fonseca para estudarem essas propostas, sua redacção e transformação em Protesto, destinado a ser distribuído profusamente pelo país e pelo estrangeiro, se o Governo concordasse com essa deliberação da Comissão Central.

Neste dia, um dos mais solenes desta patriótica colectividade, foi proposta e aprovada a admissão do Visconde de Sanches de Baena, descendente de João Sanches de Baena, propugnador do direito de D. João à coroa de Portugal, concorrendo para a Restauração da Independência, em 1640. Esse português ilustre trabalhou muito em Portugal e no Brasil em prol das altas finalidades da nossa colectividade, como se verá no decorrer deste trabalho.

Outro facto importante nesta célebre sessão foi a eleição, por aclamação, de D. Luiz Maria de Carvalho Daun e Lorena, bisneto do grande estadista Marquês de Pombal, para Presidente.

O conselheiro José da Silva Mendes Leal apresentou uma proposta na sessão de 24 de Outubro para a *Comissão Central* ter 40 vogais suplentes, além dos 40 efectivos, tendo sido aprovada por unanimidade essa boa iniciativa, que trouxe ao seio da colectividade grande número de indivíduos das melhores posições sociais, atraídas pelo grande conceito adquirido pela *Comissão* na sua alta finalidade.

Em 7 e 14 de Novembro realizam-se sessões, nas quais foi elaborado o programa dos festejos a realizar, no 1.º de Dezembro desse ano, sendo eleitos os 40 vogais suplentes e em 18 desse mês era Inocência Francisco da Silva encarregado de redigir a carta de felicitação e

agradecimento aos portugueses que se constituíram em comissão no Rio de Janeiro para a compra de armamento, destinado ao nosso exército. (...) .

(...) A grande data nacional do 1.º de Dezembro foi solenemente comemorada. No Palácio dos Condes de Almada, profusamente iluminado, engalanado com bandeiras, arbustos e trofeus realizou-se às 9 horas da noite uma Sessão Solene presidida por D. Luiz de Carvalho Daun e Lorena, que abriu a sessão com um brilhante discurso alusivo á Data e dando a palavra aos cinco oradores, todos vogaes da Comissão Central, os quais proferiram os seguintes discursos:

Luiz Augusto Rebelo da Silva: “*Sucessos do 1.º de Dezembro de 1640*”.

Conselheiro José da Silva Mendes Leal: “Como se perdeu a nossa Independência no século XVII”.

António da Silva Tulio: “As fidalgas da Restauração”.

Manuel Pinheiro Chagas: “Unanimidade da Restauração de 1640”.

Eugenio Castilho: “*A Patria, poesia*”.

Antes de aberta a sessão e ao terminar, uma orquesta tocou os Hinos Nacional e da Restauração ao mesmo tempo que as filarmónicas, com grande quantidade de povo, enchendo o Largo de São Domingos, fronteiro ao Palácio, tocavam os Hinos e o povo cantava e soltava gritos patrióticos.

Á Sessão assistiram representantes da Academia das Ciências, das Escolas Superiores, Associações científicas, comerciais e industriais e agrícolas.

Os jornais desse dia referem-se, em termos patrióticos, a nossa Comissão Central e entre eles salienta-se o *Diário de Notícias* de 1-12-1868 publicando em lugar de relevo, um artigo intitulado *O Dia da Redempção* que termina por estas palavras:

... O povo bem sabe que este dia é para cantar e orar. Cantar os hymnos da nossa imensa glória e orar á Virgem que cinje a corôa destes reinos para que nol-a defenda da cobiça e da inveja dos estranhos. Esta festa sagrada e grandiosa pela sua significação é apenas - Um Protesto e um aviso.

E, neste momento, oportuna esta bela quadra de Tomaz Ribeiro, vogal da Comissão, no fim duma sua poesia:

*Era o mez de Dezembro. Emfim desperto
depois de sessenta anos de lethargo
olhava Portugal ao céu e ao largo!
Chovia-lhe o maná no seu deserto !*

Continuando a sua missão, os vogais da Comissão reúnem normalmente e em 5 de Dezembro é nomeada uma sub-comissão composta de António Augusto Pereira de Miranda, Inocêncio da Silva e Pedro W. Brito Aranha para apresentarem um projecto de Estatutos e regulamento interno.

Na sessão deste dia foram recebidos 40 exemplares duma poesia «*Um brado contra a Ibéria*» de A. P. Batista Machado e um opusculo «*Resumo historico da dominação de Castela em Portugal e da gloriosa Restauração do 1.º de Dezembro de 1640*», sendo louvados os seus autores.

A *Comissão Central* prossegue na luta contra as insidiosas calúnias dos ibéricos e procura legalizar a sua situação perante os poderes públicos e perante o público.

Nos primeiros dias do ano de 1868 a imprensa de Madrid recomeça com violência e com periodicidade, artigos violentos e subversivos contra a Independência de Portugal. Mais uma vez os espanhóis eram e se vangloriavam de serem incorrigíveis, pensando na absorção de Portugal e esquecendo as atitudes dos portugueses em 1385 e em 1640 e a acção que os portugueses mantiveram durante 28 anos decorridos desde 1640 a 1668 para bem firmarem a Restauração da sua Independência.

Além desses artigos jornalísticos era distribuído profusamente o célebre livro *Ma Mission en Portugal* de Fernandez de los Rios ministro em Lisboa, livro esse que provocou uma forte reacção em Portugal, tendo os letrados portugueses, dessa época respondido em artigos cheios de são patriotismo, sobressaindo um livro intitulado *Portugal e os seus Detractores* do escritor Luiz Augusto Palmeirim, obra monumental, refutando os aleives e ofensas exaradas naquele livro espanhol.

A *Comissão Central* entra numa fase de decidida defesa da Independência de Portugal e de combate às ideias ibéricas, labutando para obter fundos destinados à compra de armamento para o nosso exército.

Nas sessões de 19 e 26 de Setembro, Freitas e Oliveira, deputado da Nação, e Ayres de Sá Nogueira propõem que se inicie uma subscrição nacional para compra de armamento, aberta entre os portugueses residentes nos territórios metropolitano, insular ultramarinas e no Brasil.

Andrade Moura, em sessão de 1 de Outubro, salienta a gravidade das afirmações ibéricas propondo:

«que se torna necessária e oportuna uma demonstração para fazer calar as asserções dos propagandistas do Iberismo, correspondendo assim á espectativa do país que, de modo algum quere perder a sua Independência».

Nessa mesma sessão foi decidido irem delegados da Comissão Central entrevistarem o Marquês de Loulé, Presidente do Conselho do Ministros, para saber se o governo concordava com um seu protesto elaborado no intuito de responder com clareza e precisão às afrontas e injúrias dispersas nos jornais e livros espanhóis contra Portugal e simultaneamente informar o Governo da acção da Comissão para obter o dinheiro necessário para compra de algumas centenas de espingardas para o nosso exército.

Ayres de Sá Nogueira usou da palavra e apresentou a seguinte proposta:

«Os portugueses abaixo assinados, membros da grande Comissão Central 1º de Dezembro de 1640, por esta fórmula, e pela maneira mais enérgica e mais soléne, pela sua honra e debaixo dos mais sagrados juramentos, protestam perante Deus e perante todas as nações do Mundo, que em toda a sua vida constante e invariavelmente se oporão por todos quantos meios acharem ao seu alcance, a que a Nação Portuguesa em qualquer tempo, por qualquer forma ou título que seja, venha a unir-se com a Hespanha, debaixo do mesmo govêrno e declaram já traidor à Patria todo o português que não professar iguais sentimentos».

Continuando no uso da palavra disse:

«O momento é grave e como para sustentar a Independência Nacional não bastam somente protestos, mais do que tudo se precisam obras, A Comissão Central entende como indispensável que, urgentissimamente, se trate de levar á execução as seguintes providências:

- 1.^a - Activar em todas as povoações do reino, ilhas adjacentes, províncias ultramarinas e Brazil a subscrição nacional para comprar armamento moderno e apetrechos de guerra para o exército e para a marinha;
- 2.^a - Estabelecer uma escola de tiro em todas as povoações;
- 3.^a - Representar ao Govêrno sôbre a necessidade absoluta e urgentissima de organizar a nossa fôrça armada e de conseguir em armas um número de homens quinze vezes maior do que aquele que hoje existe».

Todos os presentes aplaudiram essa proposta e igualmente uma outra proposta do tenente-coronel Joaquim da Costa Cascais na qual se definia, com precisão, quais as providências práticas para defesa da Nação.

Foi nomeada uma subcomissão composta de D. Luiz Maria de Carvalho Daun e Lorena, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, capitão D. Luiz da Câmara Leme, Conde de Almada, Ayres de Sá Nogueira, D. Sebastião Maldonado, conselheiro José da Silva Mendes Leal e comendador Francisco Loureço da Fonseca para estudarem essas propostas, sua redacção e transformação em Protesto, destinado a ser distribuído profusamente pelo país e pelo estrangeiro, se o Governo concordasse com essa deliberação da Comissão Central.

Neste dia, um dos mais solenes desta patriótica colectividade, foi proposta e aprovada a admissão do Visconde de Sanches de Baena, descendente de João Sanches de Baena, propugnador do direito de D. João à coroa de Portugal, concorrendo para a Restauração da Independência, em 1640. Esse português illustre trabalhou muito em Portugal e no Brasil em prol das altas finalidades da nossa colectividade, como se verá no decorrer deste trabalho.

Outro facto importante nesta célebre sessão foi a eleição, por aclamação, de D. Luiz Maria de Carvalho Daun e Lorena, bisneto do grande estadista Marquês de Pombal, para Presidente.

O conselheiro José da Silva Mendes Leal apresentou uma proposta na sessão de 24 de Outubro para a Comissão Central ter 40 vogais suplentes, além dos 40 efectivos, tendo sido aprovada por unanimidade essa boa iniciativa, que trouxe ao seio da colectividade grande número de indivíduos das melhores posições sociais, atraídas pelo grande conceito adquirido pela Comissão na sua alta finalidade.

Em 7 e 14 de Novembro realizam-se sessões, nas quais foi elaborado o programa dos festejos a realizar, no 1.º de Dezembro desse ano, sendo eleitos os 40 vogais suplentes e em 18 desse mês era Inocêncio Francisco da Silva encarregado de redigir a carta de felicitação e agradecimento aos portugueses que se constituíram em comissão no Rio de Janeiro para a compra de armamento, destinado ao nosso exército. (...)

(...) Essa subscrição, aberta no Rio de Janeiro em 23 de Outubro de 1868, rendeu 169.925\$670 reis, quantia que foi remetida à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, em 31 de Janeiro de 1870.

É digna de especial menção a nobre attitude dos nossos compatriotas residentes no Brasil e bem assim a Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, por

ter conseguido obter essa importante verba com o fim tam levantado de ocorrer praticamente à defesa da Independência da nossa Nação. Em sessão de 21 de Novembro foi aprovada, por unanimidade a carta redigida por Inocência Silva e para ser enviada para o Rio de Janeiro.

Era concebida nos seguintes termos:

A Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, composta de portuguezes em cujos corações arde o fogo sagrado da independencia nacional, não pode ser indifferente, nem ficar silenciosa, ao saber pelas noticias ultimamente chegadas da nova e expressiva manifestação que, dictada por egual sentimento, acabam de patentear os nossos dignos concidadãos, residentes na capital do imperio do Brazil.

São de muitos anos reconhecidas e devidamente apreciadas as provas repetidas, dir-se-ha melhor, quotidianas, com que distanceados pela fortuna em países longiquos, os filhos de Portugal se comprazem de mostrar ao mundo, em rasgos patrióticos e humanitarios, o seu amor á patria, e o interesse que lhes inspiram a prosperidade e engradecimento do seu ninho paterno.

Na ocasião em que, por efeito de estranhas oscillações, Portugal parece receiar de algum modo pela estabilidade futura da sua independencia, e reclama para sustenta-la os cuidados e a dedicação de seus filhos, não eram para ficar inertes á sua voz os que por actos da mais elevada significação têm assás demonstrado, que para conservar limpido e fulgurante o brilho do nome portuguez, não há offerenda que lhes seja custosa, nem sacrificio penoso, que não venham espontanea e alegremente depôr no altar da patria.

A subscrição aberta na terra de Santa Cruz para o armamento nacional, necessaria em presença das difficuldades do thesouro publico, e recomendada pela urgencia do momento, é sem duvida um desses rasgos característicos, que evidenciam quão arreigado e profundo existe o santo amor da patria no peito dos leais portuguezes: e dá claramente a conhecer que sob tais auspícios, sejam quias forem as eventualidades da sorte, Portugal conservando illesas as gloriosas tradições do passado, saberá manter com brio essa independencia, cimentada por nossos maiores com o proprio sangue, e que nos legaram á custa dos mais nobres e generosos esforços!

A Comissão 1.º de Dezembro, logo que ao seu conhecimento veiu essa aprazivel noticia, por geral accordo e com applauso unanime de seus membros, resolveu congratular-se com os benemeritos iniciadores de tão prestimoso feito, registrando seus nomes com justa ufanía, e dirigir-lhes em singelas phrases os emboras de que são dignos, fazendo votos para a realisacão do pensamento corresponda á sua proficuidade.

Honra, pois, e agradecimento aos iniciadores da subscrição patriótica, e a todos os benemeritos que se lhes associarem no seu nobilissimo empenho!

Lisboa, sala das reuniões da comissão, no Palacio historico dos Condes de Almada, em sessão plena de 21 de novembro de 1868.-(Assinados)-*Luiz de Carvalho Daun e Lorena, Presidente-Conde de Almada, Presidente Honorario-Feliciano de Andrade Moura, Vice-Presidente-Antonio da Silva Tullio-Innocencio Francisco da Silva-Ayres de Sá Nogueira-Anselmo José Braamcamp-Augusto Romano Sanches de Baena Farinha-Luiz Telles de Mello-D. Sebastião António Maldonado-Claudio de Chaby- José Cypriano da Costa Goodolphim-Luiz de Castro Guimarães-António Peraiva Ferraz Junior-Francisco de Paula dos Santos-Pedro Wenceslau de Brito Aranha-Pedro Augusto Ribeiro Gutierrez da Silva-Custodio Firmo Rodrigues-José da Silva Mendes Leal-Antonio Augusto Pereira de Miranda. Pelo Sr. Thomaz Ribeiro, A. da Silva Tullio. Pelo Sr. Ignacio de Vilhena Barbosa, P.W. de Brito Aranha-Jeronymo da Costa Jacome-Antonio José Pereira Serzedello Junipor-Antonio Santelmo Loureiro-Luiz Augusto Palmeirim-José Joaquim Vieira Mendes-Luiz Augusto Rebello da Silva-João Henrique Ulrich-Francisco Lourenço da Fonseca-Manuel de Jesus Coelho-João Ricardo Cordeiro Junior-Francisco Manuel de Mendonça-Joaquimda Costa Cascaes - Manuel Coelho Torrezão-D.Luiz da Camara Leme-José Maria da Silva e Albuquerque - Albino Antonio de Andrade e Almeida-José Cesar de Giurian, Secretário.*

A grande data nacional do 1.º de Dezembro foi solenemente comemorada. No Palácio dos Condes de Almada, profusamente iluminado, engalanado com bandeiras, arbustos e trofeus realizou-se ás 9 horas da noite uma Sessão Solene presidida por D. Luiz de Carvalho Daun e Lorena, que abriu a sessão com um brilhante discurso

alusivo á Data e dando a palavra aos cinco oradores, todos vogais da Comissão Central, os quais proferiram os seguintes discursos:

Luiz Augusto Rebelo da Silva: "*Sucessos do 1.º de Dezembro de 1640*".

Conselheiro José da Silva Mendes Leal: «*Como se perdeu a nossa Independência no século XVII*».

António da Silva Tulio: "*As Fidalgas da Restauração*".

Manuel Pinheiro Chagas: "*Unanimidade da Restauração de 1640*".

Eugenio Castilho: "*A Patria, poesia*".

Antes de aberta a sessão e ao terminar, uma orquestra os Hinos Nacional e da Restauração ao mesmo tempo que as filarmónicas, com grande quantidade de povo, enchendo o Largo de São Domingos, fronteiro ao Palácio, tocavam os Hinos e o povo cantava e soltava gritos patrióticos.

Á Sessão assistiram representantes da Academia das Ciências, das Escolas Superiores, Associações científicas, comerciais e industriais e agrícolas.

Os jornais desse dia referem-se, em termos patrióticos, á nossa Comissão Central e entre eles salienta-se o Diário de Notícias de 1-12-1868 publicando em lugar de relevo, um artigo intitulado 0 Dia da Redempção que termina por estas palavras:

... 0 povo bem sabe que este dia é para cantar e orar. Cantar os hymnos da nossa imensa glória e orar á Virgem que cinge a coroa destes reinos para que nol-a defenda da cobiça e da inveja dos estranhos. Esta festa sagrada e grandiosa pela sua significação e apenas - Um Protesto e um aviso.

É, neste momento, oportuna esta bela quadra de Tomaz_Ribeiro, vogal da Comissão, no fim duma sua poesia:

Era o mez de Dezembro. Enfim desperto
depois de sessenta anos de lethargo
olhava Portugal ao céu e ao largo!
Chovia-lbe o maná no seu deserto!

Continuando a sua missão, os vogais da Comissão reúnem normalmente e em 5 de Dezembro é nomeada uma sub-comissão composta de António Augusto Pereira de Miranda, Inocência da Silva e Pedro W. Brito Aranha para apresentarem um projecto de Estatutos e regulamento interno.

Na sessão deste dia foram recebidos 40 exemplares duma poesia "Um brado contra a Ibéria" de A. P. Batista Machado e um opúsculo "*Resumo histórico da dominação de Castela em Portugal e da gloriosa Restauração do 1.º de Dezembro de 1640*", sendo louvados os seus autores.

A *Comissão Central* prossegue na sua luta contra as insidiosas calúnias dos ibéricos e procura legalizar a sua situação perante os poderes públicos e perante o público.

Em 23 de Janeiro de 1869, em plena sessão, é recebida uma carta do Rio de Janeiro assinada pelos Srs. Visconde de S. Mamede, Leonardo Caetano d'Araujo e Manuel José Gonçalves Machado, respectivamente presidente, e secretários da Comissão organizada naquela cidade para a subscrição destinada á compra de armamento para o nosso exército, a que já fizemos referência.

Nessa carta agradecem reconhecidos os subscritores as palavras lisonjeiras da Comissão Central a eles dirigidas na sua carta de 21-11-1868.

António A. Pereira de Miranda propõe a publicação rápida dum Protesto para resposta á *nova ofensiva de propaganda ibérica* dentro e fora do país, sendo nomeada uma sub-comissão composta de Alexandre Herculano, Luiz Augusto Rebelo da Silva e conselheiro José da Silva Mendes Leal para elaborarem um veemente protesto em português e em francez.

Esse protesto foi analisado e discutido por Ayres de Sá Nogueira, Brito Aranha, A. Silva Tulio, Luiz Filipe Leite e J. Camilo de Mendonça na sessão de 24 de Fevereiro e por fim aprovado com a seguinte redacção:

Protesto

Ha oito anos, diversos jornais do reino visinho, propagaram que o maior empenho de Portugal era incorporar-se á Hespanha.

A Comissão Central 1.º de Dezembro, assim denominada em memoria da emancipação nacional de 1640, respondeu a essas infundadas asserções com um manifesto datado de 25 de Agosto de 1861, no qual se liam os períodos seguintes :

A propaganda da união ibérica, posto que sob differente aspecto, recomeça agora em Hespanha com mais affinco do que nunca. Uma parte consideravel da sua imprensa periodica arvora já sem disfarce esta bandeira. Multiplicam-se os esforços de toda a natureza. Repetem-se diariamente affirmações sem fundamento nem verosimilhança. Propaga-se de novo que Portugal solicita uma annexação, que, em troca da grandeza alheia, o privaria da vida propria, desbaptizando-o para sempre do nome herdado, e das glorias adquiridas.

Para evitar qualquer equívoco, em todo o caso funesto; para que o silencio não se lance á conta da indifferença; para que na Europa se não diffunda a errada opinião que pode conduzir a precipicios; a Comissão Central 1º de Dezembro, continuando a desempenhar os sagrados deveres que lhe foram legados por quantos neste intervallo a morte lhe arrebatou do gremio; satisfazendo á sua especial missão; e interprete dos sentimentos unanimes da nação portugueza, repete, nesta conjunctura, quando fica transcripto, repete-o com tanta mais intimativa e convicção, quanto mais se manifesta a insistencia.

A Comissão central está profundamente convencida de que não é a grandeza dos territorios que faz a ventura dos Estados, nem o poder significa fortuna. Crê tambem que as aggregações heterogeneas se convertem inevitavelmente em mutuas calamidades. Pensa ainda que a civilização não depende do maior numero, mas sim da esclarecida razão. Entende, em summa, que, se o amor da humanidade é um sentimento de benevolencia necessario a todas as relações, o amor da patria é uma virtude de familia indispensavel a todas as sociedades.

Firme em tal crença, a Comissão Central exprimirá sempre sinceros votos pela prosperidade da Hespanha, e não hesita em manifestar os seus desejos de verdadeira fraternidade, fundada nos mutuos interesses, e na lealdade da convivencia, porém, conservando Portugal intactos os fóros de nação, que não quer nem deve renunciar, como em egual caso não os renunciaria a Hespanha.

Este summario protesto, que, em consciencia e por encargo, cumpre á Comissão Central lavrar perante todas as nações. Vai nelle, com a serenidade de uma resolução inabalavel, a expressão de sentimentos que são tanto os do povo portuguez, que ninguem entre nós se atreve a desmenti-los!

Lisboa, sala das reuniões da Comissão, aos 24 de Fevereiro de 1869.

-Conde de Almada, Presidente Honorario – Luiz de Carvalho Daun e Lorena, Presidente Effectivo. – Anselmo José Braamcamp – Antonio Augusto Pereira Miranda – Antonio Gomes de Sousa Leal – Antonio José Marquesa Leal – Antonio José Pereira Serzedello Junior – Antonio de Mello Breyner – Antonio Pereira da Cunha – Antonio Ribeiro Gonçalves – Antonio da Silva Tullio – Ayres de Sá Nogueira - Custodio Firmo Rodrigues – Feliciano d’Andrade Moura – Francisco de Carvalho Daun e Lorena – Francisco Lourenço da Fonseca – Francisco Manuel de Mendonça – Innocencio Francisco da Silva – José Antonio da Fonseca Ferreira Nunes – José Cypriano da Costa Goodolphim – José Maria Chaves – José Maria Camilo e Mendonça – José Maria da Silva e Albuquerque – José da Silva Mendes Leal – Joaquim da Costa Cascaes – Luiz Augusto Palmeirim – Luiz Augusto Rebelo da Silva – D. Luiz da Camara Leme – Luiz de Castro Guimarães – Luiz Filipe Leite – Luiz Telles de Mello – Manuel Coelho Torrezão – Manuel de Jesus Coelho – Pedro Augusto Gutierrez da Silva – Pedro Wenceslau de Brito Aranha – D.Sebastião Maldonado; Visconde de Sanches de Baena – Albino d’Andrade e Almeida – José Cesar de Giurian, Secretarios.

Este Protesto foi enviado a todas as Câmaras Municipais do País, às quais foi pedida a sua adesão com a assinatura dos componentes dessas edilidades, conforme consta da Circular que a elas foi enviada, com os exemplares do referido protesto.

Eis a circular:

Il.mo e Ex.mo Sr. - A Comissão Central 1.º de Dezembro, discutindo-se na sua sessão de 1 de Outubro ultimo a necessidade, que já então parecia haver, de uma grande manifestação anti-iberica, resolveu publicar opportunamente um manifesto, como fizera em 1861; para designar-lhe a oportunidade e redigi-lo convenientemente, foi eleita uma commissão; e no intuito de dar a esse documento a maxima significação nacional, determinou-se, por votação unanime, que elle fosse enviado a todas as camaras municipais do paiz, para com as assignaturas dos srs. presidentes (no caso de não ser possivel as de todos os srs. vereadores) se apresentar a mais authentica e irrefragavel comprovação dos sentimentos e do querer de todo Portugal - Confirmada em 6 do corrente a votação de 1 de Outubro, tenho a honra de remetter os inclusos exemplares do protesto d'esta Commissão, para que V.Exa. se digne apresentá-lo á camara que dignamente preside e o firmem com a sua adhesão, como é de esperar de verdadeiros portuguezes, que querem sempre livre e independente a patria que tantas luctas custou a nossos honrados avós.-Deus Guarde a V. Ex.ª, sala da Commissão Central, 12 de Março de 1869 - O Presidente da Comissão Central; Luiz de Carvalho Daum e Lorena - N.B. As actas das sessões de 1 de Outubro, e de 6 do corrente, estão publicadas no nº 8 da Independência Nacional. - Queira V.Ex.ª remeter-me o exemplar do protesto, em que assignarem, para archivarmos, depois de publicado pela imprensa.

Foi a empresa do Diário de Notícias a pedido de Silva Túlio e Brito Aranha que se ofereceu para compor e imprimir gratuitamente 5.000 exemplares do Protesto e 350 circulares, sendo, por aclamação, aprovado um voto de louvor a essa empresa em sessão de 6 de Março.

Continuou a organização das Comissões Filiais na província em conformidade com o disposto nos Estatutos da Comissão Central, aprovados em Assembleia Geral e posteriormente aprovados pelo Governo, sendo expedidas circulares, das quais se indica o respectivo texto:

CIRCULAR

Il.mo e Ex.mo Sr. - A nobre e patriótica ideáa que presidiu á creação da commissão, chamada do 1.º de Dezembro, e constituida n'esta cidade, não poderá tornar-se verdadeiramente fecunda sem que se haja traduzido em uma organização geral do paiz.

Estabelecidos por toda a parte pequenos centros, subordinados ao da capital; conseguida uma completa unidade de pensamento, de intuitos, de meios de acção, será facil não só repellir, de prompto, qualquer aggressão contra a nossa independencia, seja qual fôr a sua origem e a sua fórma, senão obstar á manifestação de algum impeto de zelo irreflectido, e cujas explosões intempestivas não poderão ser resgatadas pelo ardor generoso que as inspire.

Com o fim de levar á pratica o que se acaba de ponderar, e em desempenho do mandato, que lhes foi confiado pelo respectivo centro, têm a honra os abaixo assignados de convidar v.ex.ª para fazer parte, n'essa localidade, da commissão filial do 1.º de Dezembro.

Os cavalheiros, que hão de associar-se a v.ex.ª em tão louvavel empreza, são os que constam da relação inclusa.

Queira v.ex.ª pôr-se de accordo com elles para a competente instalação e eleição de Presidente e secretario.

As instrucções, que devem servir-lhes de lei regulamentar, vão juntas á presente carta.

Os abaixo assignados, fazendo plena justiça á provada dedicação de v. ex.^a, acreditamos que v.ex. se prestará, de bom grado, a annuir aos seus desejos, e ousam esperar ainda que v. ex.^a se servirá indicar-lhes os nomes de quaesquer individuos, que estejam no caso de ser escolhidos para as outras commissões filiaes, que convem constituir nas cabeças de concelho, e até nas diversas parochias d'esse districto administrativo.

Escusado é dizer a v.ex.^a que em tal designação não deve attender-se, por forma alguma, á procedencia politica dos indigitados, porém exclusivamente á sua qualidade de bons e leaes portuguezes. Não seja nenhuma outra a razão de preferencia.

As côres de partido empallidecem diante da grande idéa da patria. Os resentimentos de uma esteril e desgraçada lucta civil não podem lembrar a ninguém, quando se trata da salvação da propriedade commum.

Deus guarde v.ex.^a - Lisboa, sala do Palacio dos Condes d'Almada, 28 de abril de 1869.. - Luiz de Carvalho Daum e Lorena, Presidente. - José Maria Camillo de Mendonça, Vice-Presidente. - Antonio Gomes de Souza Leal - Antonio Pereira da Cunha - Francisco Lourenço da Fonseca - Francisco Manuel de Mendonça - José Joaquim Vieira Mendes - Pedro Wenceslau de Brito Aranha.

Nesta sessão e nas que decorreram desde 13 de Março até 1 de Maio de 1869 foram cuidadosamente analisados os artigos que deviam constituir os Estatutos e simultaneamente eram reorganizadas as sub-commissões nas freguesias de Lisboa.

Era grande a dedicação com que trabalharam todos os vogais da Comissão Central e o seu entusiasmo aumentou com a recepção das respostas das câmaras municipais ao Protesto, anteriormente referido, sendo dignas de menção as de Lisboa, Elvas, Sintra, Constancia, Coruche, Crato, Oeiras, Tomar, Torres Novas, Amarante, Aljustrel, Vila do Bispo, Vinhais, Louza, Braga, Peso da Régua. Vila Nova de Foscoa, Coimbra, Portel, Vila Real de Santo António, Alcochete, Estarreja, Leiria, Guimarães, Castro Marim, Arruda, Alenquer, Mira, Setúbal, Gois, Vila Nova de Gaia, Pinhel, Ponte de Sor, Beja, Alijó, Almodovar, Esposende, Campo Maior, Pesqueira. Alter do Chão, Seia, Mourão, Guarda, Penafiel, Famalicão, Mafra, Ferreira do Zézere, Vizeu, Lamego, Cascais, Viana do Alentejo. Estremoz, Feira, Benavente, Amares, Mação, Golega, Loulé, S. Tiago do Cacém, Barcelos, Serpa, Moura, Ferreira do Alentejo, Lagos e Mirandela, tendo sido estas as primeiras a responder, enviando o Protesto assinado e com palavras de incitamento patriótico.

Em 8 de Maio de 1869 foram aprovados os Estatutos em Assembleia Geral, em que estiveram presentes: *Presidente: D. Luiz de Carvalho Daun e Lorena. - Presidente honorário: Conde de Almada. - Vice-Presidente: Feliciano de Andrade Moura. -1.º Secretário: Inocêncio Francisco da Silva.2.º Secretário: Visconde de Sanches Baena. - Tesoureiro: Francisco Lourenço da Fonseca. - Vice- Tesoureiro: José Joaquim Vieira Mendes. - Fiscais: D. António de Melo Breyner, Luiz Filipe Leite, José da Costa Goodolfim. - Vogais: Custódio Firmo Rodrigues, Pedro Ribeiro Gutierrez da Silva, António Augusto Pereira de Miranda, Pedro W. de Brito Aranha, José da Silva Mendes Leal, António da Silva Túlio, Luiz Augusto Rebêlo da Silva, José Maria da Silva e Albuquerque, Luiz Augusto Palmeirim, José Maria Chaves, Manuel Coelho Torrezão, José Ricardo Cordeiro Júnior, D. Sebastião Maldonado, António Pereira da Cunha, Anselmo José Braamcamp, Francisco M. Faria e Melo, João Henrique Ulrich, Aires de Sá Nogueira, Francisco de Carvalho Daun e Lorena, Luiz de Castro Guimarães, Albino A. de Andrade Almeida, Francisco Manuel de Mendonça, Luiz Teles de Melo, D. Luiz da Câmara Leme, António José Pereira Serzedêlo Júnior, José Maria Camilo de Mendonça, António, José Pereira Ferraz Júnior, João Alves de Almeida Araújo e Júlio César da Silva.*

A leitura dos artigos acima indicados e a organização futura da Comissão Central 1.º de

Dezembro de 1640 e os nomes dos componentes, pessoas da maior respeitabilidade dessa época, patenteiam o alto conceito em que era tida a colectividade.

Foi eleito, por aclamação, vogal honorário o Marquês Sá da Bandeira.

A aprovação dos Estatutos foi feita por Decreto inserto respectivo Livro nº. 27 e com o número 1.604, assim redigido:

«Aprovados os presentes Estatutos por Decreto do 1.º Dezembro de 1869, com as clausulas nele exaradas e que vão transcritas na respectiva Carta.

Paço da Ajuda em 12 de Janeiro de 1870

El-Rei com rubrica e guarda

Duque de Loulé»

(Logar do selo das armas reaes).

Ficou assim legalizada a *Comissão Central* em associação patriótica de character permanente. A sua administração ficou confiada a um presidente, um vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro, um vice-tesoureiro e três fiscais.

Os fins da Comissão, conforme estipulava o art. 20.º desses Estatutos eram:

1.º - Solenizar o aniversário da gloriosa Restauração de Portugal no 1.º de Dezembro de cada ano;

2.º - Erigir na capital um monumento comemorativo aos que tomaram a iniciativa daquele ilustre feito;

3.º - Empregar todos os meios legais, que forem julgados conducentes à manutenção da Independência Nacional, de acordo com o manifesto e circular da mesma comissão publicados em 25 de Agosto e 30 de Setembro de 1861, os quais ficam fazendo parte destes Estatutos.

Desde Maio até Outubro de 1869 continuou a Comissão Central a receber as respostas das câmaras municipais que aderiram ao *Protesto*, pela seguinte ordem: Arcos de Val-de-Vez, Alvito, Alvaizere, Cezimbra, Louzada, Seixal, Soure, Sardoal, Melgaço, Vila do Conde, Vila Flor, Tondela, Miranda do Corvo, Maia, Carregal, Odemira, Celorico da Beira, Azambuja, Mourão, Figueira de Castelo Rodrigo, Olhão, Abrantes, Cantanhede, S. João dos Arcos, Lagoa, Pombal, Niza, Olivais, S. Pedro do Sul, Montemor-o-Novo, Vila Velha, Tabuaço, Montemor-o-Velho, Barquinha, Sabrosa, Cadaval, Meda, Cinfães, Vila Franca de Xira, Tavira, Povoia de Lanhoso, Aviz, Castro Verde, Salvaterra de Magos, Fundão, Redondo, Souzel, Reguengos, Cuba, Moita, Paredes, Vila Viçosa, Sever do Vouga, Albergaria, Terras do Bouro, Caldas da Rainha, Torres Vedras, Figueira da Foz, Ilha da Boa Vista (Cabo Verde), Mertola, Almeirim, Santo Tirso, Lourinhã, Ponte de Lima, Gondomar, Viana do Castelo, Celorico de Basto, Belém, Montalegre, Almada, Felgueiras, Vila Pouca de Aguiar, Peniche, Vila Real, Alfândega da Fé, Monção, Sabugal, Luanda e Benguela (África Ocidental), Santa Catarina de Cabo Verde, Penacova, Covilhã, Chaves e Chamusca.

Foram recebidas até esta data 149 respostas das referidas câmaras.

Em sessão de 9 de Outubro foi entusiasticamente aplaudida a carta de D. Luiz I na qual dizia que nasceu português e português há-de morrer, publicada no *Diário do*

Governo, sendo um formal desmentido às aleivosas afirmações publicadas pela imprensa estrangeira, na qual é evidenciado o patriotismo e lealdade do Chefe do Estado dessa época.

Essa celebre carta, sendo um grito de amor pátrio, lançado, do alto do Paço Real, levantou os ânimos e reacendeu o brio, e o orgulho nacional.

Eis a carta:

«*Meu caro Duque*

Paço de Mafra 26 de Setembro de 1869

Constando-me que alguns jornaes têm asseverado que, em virtude de combinações ultimamente feitas em Paris, eu abdicaria em meu filho a corôa de Portugal, sob a regencia de meu augusto pae, aceitando a de Hespanha, e não desejando que tão infundado boato tome incremento e se me atribuam, em assumpto de tanta gravidade, intenções que estão longe do meu animo, venho pedir-lhe, meu caro Duque, que faça com a maior brevidade desmentir semelhante noticia.

Se a Providencia tem reservado dias de dolorosa provação á minha Patria, espero confiado no amôr do paiz e na aliança sincera da liberdade com o throno, poder resistir a essas temerosas eventualidades. O meu posto de honra é ao lado da Nação. Hei de cumprir os deveres, que o amor das instituições e a lealdade á Patria me impõem.

*Nasci portuguez, portuguez quero morrer.
Seu afeiçoado*

Luiz»

Foi notável a sessão de 20 de Novembro, na qual vários vogais usaram da palavra para tratarem dos festejos a realizar em 1 de Dezembro e bem assim os factos narrados por Aires de Sá Nogueira nas conversas que teve com o Duque de Saldanha, presidente do Ministério e com seu irmão o Marquês de Sá da Bandeira sobre o armamento do País e da intenção da Comissão Central em entregar uma Mensagem ao Governo sobre este importante assunto da defesa Independência de Portugal.

As festividades do 1.º de Dezembro tiveram grande brilhantismo e na Sessão Solene da noite fizeram importantes discursos os seguintes oradores:

A. Pereira de Miranda: «*Causa financeiras, políticas e religiosas da decadência de Portugal no período que antecedeu a dominação castelhana em 1580*».

A. Osório de Vasconcelos fez largas considerações sobre o *princípio das nacionalidades*, fazendo sentir a necessidade de termos Portugal aparelhado para a defesa da sua Independência.

Manuel Pinheiro Chagas apresentou com vivas cores «*o quadro comparativo de estado de Portugal antes e depois da perda da Independência*».

José Melo e Faro discursou sobre a necessidade de desenvolver a agricultura e instrução popular, recursos que devem trazer épocas de glória e prosperidade a Portugal.

Eugénio de Castilho recitou uma sua poesia *Brado à Pátria*.

A sessão foi muito concorrida e em todas as freguesias de Lisboa se comemorou, com entusiasmo, essa data Nacional.

Foi resolvido nas sessões de 11 e 18 de Dezembro que a Mesa da Comissão Central com Pereira de Miranda, deputado da Nação, e Aires de Sá Nogueira instassem com o Governo para que procedesse com brevidade ao rearmamento do exército e para que fossem estabelecidas carreiras de tiro nas sedes das Câmaras Municipaes. Alguns vogais insistiram para que se entregasse uma mensagem ao

Governo, fazendo-lhe sentir a necessidade de procurar defender a Independência de Portugal com exército apetrechado, pois esse processo é mais prático do que defendê-la pela diplomacia.

Os primeiros meses de 1870 foram consagradas pela Comissão Central, após a reeleição dos seus corpos gerentes, à fundação definitiva de comissões filiais em todas as cidades e vilas importantes de Portugal e admissão de vogais correspondentes na província, com a intenção de afervorar no povo o amor pela Independência da Pátria.

Em 28 de Maio, o coronel José Joaquim de Abreu Viana propõe o estudo da maneira de se elevar em Lisboa um *Monumento aos Restauradores de 1640* e Ayres de Sá Nogueira relatou aos assistentes dessa sessão a conferência com o Duque de Saldanha, presidente do Conselho de Ministros, na qual estava acompanhado pelo Presidente da Comissão D. Luiz Carvalho Daum e Lorena, declarando-lhe ter em muita consideração a Comissão Central, estando pronto a aceitar dois vogais para ministros que lhe fossem indicados, ao que ele respondeu:

«que a Comissão Central 1º de Dezembro de 1640 tinha intuitos mais nobres e que não pretendia pastas, mas sim e unicamente que se tratasse do armamento e defesa do paiz.»

Sá Nogueira disse que o marechal seguidamente declarou:

«que tinha muito em vista e já traçado um plano com o qual elevará o exército a 200.000 homens, mas que estava disposto a atender todo o alvitre que a Comissão sobre isso apresentasse e que lhe responderia in continenti».

Falou seguidamente Luiz Filipe Leite dizendo: «ser conveniente renovar os pedidos já feitos, representando mais uma vez e agora com maior esperança de resultado, por ser o chefe da situação militar, de quem muito pode esperar-se».

Nesta sessão, que pode, sem exagero, considerar-se histórica, foi resolvido por unanimidade ser feita uma *Mensagem* e encarregada da sua redacção uma sub-Comissão composta de Ayres de Sá Nogueira, D. António de Melo Breyner, Luiz Filipe Leite, Alberto Osório de Vasconcelos, e Dionísio de Mello e Faro.

Em 4 de Junho Osório de Vasconcelos apresentou o texto da mensagem que foi aprovada na generalidade e na especialidade com pequenas alterações, sendo imediatamente ordenada a sua cópia em papel pergaminho e assinada por todos os assistentes em 8 desse mês e entregue ao Duque de Saldanha por uma sub-Comissão composta pela Mesa e pela sub-comissão composta pela Mesa e pela sub-Comissão anteriormente referida.

O texto da Mensagem era o seguinte:

MENSAGEM

Senhor - Ao governo de Vossa Magestade vem a Comissão 1º de Dezembro de 1640 representar ácerca da urgentíssima e impreterível necessidade de armar e organizar militarmente o paiz, como por vezes, posto que verbalmente, o ha feito.

Ainda intimamente ligada a independencia nacional com o aperfeiçoamento, grandeza e extenção das intituições militares.

É axioma por todos acolhido que qualquer nação, que não contenha na sua organização militar meios poderosos e efficazes de resistencia, difficilmente poderá defender-se de arremetidas estranhas.

(Fotografia 2º presidente)

Assim o tem compreendido, com maior ou menor fortuna, as nacionalidades vivazes, as raças fortes e viris, que são espelho e exemplo de todos os peitos generosos, que aspiram a viver livres e independentes, na terra, que os viu nascer, na terra onde jazem os seus antepassados, na terra que ha de ser fecundada e defendida pelos seus vindouros.

Sem fallar nas grandes nações, com grandes meios, podendo gastar largas e quantiosas sommas como os Estados Unidos e a Inglaterra; outros nos devem ser exemplo eloquentissimo do muito que pode o amor da patria quando alliado a espirito sagaz, providente e verdadeiramente politico.

Não insta de modo algum a Commissão, porque o nosso paiz se deixe arrastar pelo arrebatado pendor da paz armada, que esterilisa tantos braços e tantos capitaes; nem que se faça do exercito um parasita assolador, uma hierarchia de servidões, uo um bando de estipendiados.

Pode, talvez, o nosso paiz auferir copiosos lucros do estudo e racionavel apropriamento de algumas instituições militares das nações de primeira ordem.

Attentando, porém, nas nossas especiaes condições deve necessariamente a nossa organização ser outra e mui diversa.

A organização militar portuguesa, qual a comprehende e ousa aconselhar a Commissão 1.º de Dezembro de 1640, deve tender, quando possível, a tornar o exercicio uma instituição nacional, intimamente ligada com os destinos do paiz; que não tenha por caracteristico essencial a aggressão, senão a defesa que não combata sómente impulsada por aventureiros estimulos de pundonor, senão arrastada por outro sentimento mais elevado, o entranhado amor da Patria, o convencimento profundo do bom direito, da justiça e da rasão, e portanto da força, da superioridade e do senso moral, sentimentos harmonicos e accordes, que conduzem á abnegação, ao civismo e a todos os sacrificios de fazenda e vida.

Dest'arte a organização militar será esteio forte da liberdade e independencia; ao passo que vae crear uma milicia de cidadãos armados, que se tornarão a salvaguarda das instituições livres, e os mantenedores da independencia nacional; e bem assim uma escola de civilização e progresso tanto moral como material; uma fonte perenne de riqueza, actividade e trabalho; uma vasta arena emfim, onde tenham logar todos os portugueses sem descrime de classes ou pessoas.

Como realisar este, que deve ser o desideratum supremo de todos os bons portugueses? Nas circunstancias difficeis, porque vamos passando, mais difficil se torna o problema, cuja resolução impede alcançar, assim ao governo de Vossa Magestade, como á iniciativa de todos aqueles, que não podem ficar mudos ao appello solemne, que a Commissão 1.º de Dezembro de 1640 ora lhes está fazendo.

E havendo-se em vista a necessidade por todos reconhecida e imperativamente imposta ao governo, de fazer economias largas e fecundas, antes de recorrer a novos tributos e sacrificios; parecerá que as difficuldades recrescem e redobram os embaraços. Examine-se porém o que nos diz o paralelo com outras nações de cathegoria analoga, e ver-se-ha que taes embaraços e difficuldades não são insuperaveis, quando houver boa vontade, energia e clara intelligencia.

Estude-se a organização d'esses paizes; transplante-se e affeioe-se para o nosso o muito e o optimo que elles crearam; e sem dispendios superiores ás nossas posses obter-se-ha, no momento preciso, um exercito composto de toda a população válida, um exercito forte, numeroso, perfeitamente adestrado, que ha de manter a honra do venerando balsão portuguez.

Não deve a commissão 1.º de Dezembro entrar em mais individuações, nem interferir directamente n'esta questão; julga porém ser-lhe licito affirmar, que procedendo com mão firme e segura a muitas reformações essenciais, á simplificação de todos os serviços, e dispendendo com bom criterio, alcançaremos segundo a phrase discreta de Polybio, a paz e a independência, por quanto estaremos preparados para a guerra e para o ataque.

Na opinião autorisada do sr. Rustow, distintissimo official prussiano, que acaba de escrever um livro admiravel ácerca das instituições militares, o exercito, qual o propõe a Commissão 1.º de Dezembro, que os especialistas denominam de quadro, é o unico digno de uma nação civilisada, é o ideal da maxima perfeição.

Continuando, porem, julga a Commissão 1.º de Dezembro que não se deve limitar a isto, se bem que muito se affigura já, a acção do governo.

A creação dos gymnasios militares e sobre tudo das escolas de tiro e pelotão ao lado da escola primaria, com frequencia obrigada, premios e todos os incentivos ; a fixação dos quadros da reserva; os campos de exercicio e manobra por grandes e pequenas fracções; a prohibição absoluta das remissões a dinheiro, mas apenas a diminuição do tempo de serviço a troco de armamentos e equipamentos; estes e outros alvitres devem ser postos por obra e mão de entre nós surtir efeitos maravilhosos, como tem

acontecido lá por fóra, e maiormente as escolas de tiro nacional, que são um elemento poderosismo, que é mister desenvolver e espalhar profusamente por todo o paiz.

Entende a Commissão 1.º de Dezembro de 1640 que outros pontos de não somemos importancia lhe é forçoso tocar.

O mais rudimentar conhecimento dos enormes progressos, que n'estes ultimos annos hão feito as sciencias militares, mostra a necessidade de modificar profundamente, além de outros capítulos correlativos o que respeita ao nosso armamento e equipamento, como o tem feito ou estão em via de faze-lo todas as demais nações.

As armas, de que o exercito se serve, sobre serem em pequenissimo numero, não satisfazem já hoje de modo algum ás necessidades da guerra.

Não póde continuar um tal estado de coisas.

Como se ha de defender um povo desarmado? Como repulsar investidas de inimigos dextros com espingardas perfeitas, se por acaso não podermos oppor-lhes senão os peitos nús de cidadãos valorosos, mas inermes e bisonhos? De bom conselho se affigura á Commissão 1.º de Dezembro, o atender, quando possível ás conscienciosas e excellentes experiencias, a que procede o governo inglez, que ainda não fixou o modelo definitivo da espingarda para o seu exercito.

Com relação ao material de artilharia de campanha, sitio e praça, é com prazer que a Commissão confessa não o achar inferior ao que se usa em paizes adiantados, Insta, pois, a commissão porque se activem as fundições e trabalhos conjugados, afim de se completar a artilharia necessaria.

A defesa do paiz será sempre illusoria e até impossível, se os pontos estrategicos não estiverem afortalezados, pelo menos com fortificações mixta, e se as bases de operações e centros objectivos não derem protecção e guarida ao defensor, não offerencendo por consequente séria e tenaz resistencia ao offensor.

Estes são os primeiros fundamentaes da moderna sciencia da guerra.

Hoje não se cobrem de fortificações regulares as fronteiras, nem tão pouco se constroem muralhas defensivas de circumvallação. Hoje por via de regra aproveitam-se os pontos naturalmente fortes e augmenta-se a fortaleza: protegem-se as estradas, os caminhos de ferro, os rios e as pontes, de sorte que a artilharia possa bate-los efficazmente.

O nosso paiz pelo seu relevo, é excellentemente apto para uma boa defesa com a guerra de montanhas e desfiladeiros, tendo por apoio pequenas obras de fortificação.

Infelizmente, porém, no traçado das nossas vias de communicação, nem sempre se attendeu ao aproveitamento das cricumstancias naturaes de defesa e é por isso que á Commissão parece convir que para o futuro não se considerem tão sómente as condições technicas e economicas, mas tambem as estrategicas, como sempre e mui judiciosamente o hão feitos os outros paizes.

É a cidade de Lisboa, qualquer que seja o modo porque se considere, o objectivo principal do inimigo e a nossa grande base de operações. Todavia o seu porto está franco e aberto a todo o insulto, que queiram fazer-nos, sem que possamos tirar justa vindicta. Torna-se pois necessario e sem a menor detença cobrir e defender a capital, tanto pelo mar como pelo lado da terra, empregando os meios aconselhados pela sciencia e pela experiencia, mormente das grandes guerras da America, tanto nos Estados Unidos como no Paraguay.

As mesmas considerações são applicaveis á defensão da península de Setubal e da cidade do Porto, acrescendo que em todos os trabalhos defensivos se empregue, quando possivel, o exercito. Estes são os topicos principaes sobre que a Commissão 1.º de Dezembro entende chamar a attenção do governo de Vossa Magestade. Resumindo-os, importa considerar:

1.º - A reformação completa do exercito, tornando-o uma instituição verdadeiramente nacional, instrumento forte e inquebrantavel de independencia, defensão e liberdade.

2.º - Reorganisação da força naval, principalmente, com referencia á efficacia do seu poder defensivo.

3.º - Serviço obrigatorio para todos os cidadãos válidos, tornando-se o nucleo do exercito uma escola e um viveiro, sempre em actividade, das reservas.

4.º - Redução das despezas do ministério da guerra ao strictamente necessario, eliminando aquellas, que não concorram directa e immediatamente para esta organisação.

5.º - Estabelecimento nos municipios de escolas militares preparatorias, que comprehendam os gymnasios, a instrução do tiro e de pelotão, alliando quanto possivel a acção central com a iniciativa narticular.

6.º - Escolha reflectida e experimental, e aquisição de armamento e equipamento, e necessaria e rapida ampliação do material de artilharia.

7.º - Fortificação terrestre e maritima de Lisboa, da península de Setubal, da cidade do Porto, e dos outros pontos estrategicos principais.

8.º - Subordinação de todos os traçados de estradas, canaes e caminhos de ferro ás condições de boa defesa.

A Commissão 1.º de Dezembro de 1640 só lhe resta exprimir os seus ardentes desejos de que seja ouvida a sua patriotica voz, a qual, por ventura mais exigente pela sua indole especial, não se limita a pedir medidas que desenvolvam por todos os modos a agricultura, o commercio, a instrução publica e todas as origens de riqueza, que são ao mesmo tempo esteios fortes e indispensaveis da independencia nacional. A Commissão 1.º de Dezembro vae mais longe e lembra que sem instituições militares fortes e bem medradas, não ha nacionalidade que se avigore e sustente, por glorioso, que seja o seu passado, por esperançoso, que se affigure o seu porvir.

Salla da Commissão central 1.º de Dezembro de 1640, em sessão de 4 de junho de 1870- Servindo de Presidente, Ayres de Sá Nogueira.-1.º Secretario, Innocencio Francisco da Silva - 2.º Secretario, Visconde de Sanches de Baena - José Dyonizio de Mello e Faro - Luiz Filipe Leite - António de Mello Breyner - Visconde d´Abrigada - José Osorio de Castro Cabral d´Albuquerque - José António Bentes - João Pedro Soares Luna - José Joaquim Vieira Mendes - José Cesar de Giuriam - José António da Fonseca Nunes - Manuel Coelho Torreção - Miguel Osorio Cabral - Francisco Lourenço da Fonseca - João Alves de Almeida Araujo - Manuel de Paiva Reis e Sousa - José Cypriano da Costa Goodolphim - Custodio Firmo Rodrigues - Antonio Augusto Pereira de Miranda - Luiz Telles de Mello - Francisco Manuel de Mendonça - Albino A. de Andrade e Almeida - Jeronymo da Costa Jacome - Eduardo Coelho - Antonio Ribeiro Gonçalves - D. Luiz da Camara Leme - Francisco Lantelme Loureiro - Antonio Lantelme Loureiro - Manuel Pinheiro Chagas - José Joaquim d´Abreu Viana - José Antonio dos Reis - Manuel de Jesus Coelho - Francisco Manuel de Faria e Mello - Luiz de Castro Guimarães - Antonio dos Santos Migueis - Antonio Gomes de Sousa Leal - Antonio José Pereira Serzedello Junior - Alberto Osorio de Vasconcellos - Tem o voto do Presidente sr. Luiz de Carvalho Daun e Lorena, que não assinou por estar ausente da capital.

José Melo e Faro informou a assembleia, reunida em 14 de Junho, da maneira como os delegados da Comissão tinham sido recebidos pelo Marechal Duque de Saldanha que lhes declarou:

«que o Governo não perdia de vista aquele importante assunto e que havendo hoje reunião do Conselho ahi apresentaria a Mensagem, prometendo dar, por parte do Governo, resposta por escrito, a qual muito desejava se publicasse pela imprensa, conjuntamente com a Mensagem.»

Disse mais: **«que o Marechal tinha feito as melhores referencias á Comissão Central e a seus patrióticos intentos e que, ao terminar a audiencia, disse:**

«que muito se interessava pela Independencia Nacional, á qual começara a fazer serviço em 1808 e que esperava morrer verdadeiro e leal portuguez.»

Nessa mesma sessão Melo e Faro leu o jornal espanhol «*Las Novedades*» de 11 de Junho desse ano, contendo parte do discurso do general Prim contra Portugal e, num belo discurso, exortou os presentes a protestarem contra as expressões contidas nesse discurso e afrontosas da dignidade da Nação.

Seguidamente usou da palavra Ayres de Sá Nogueira, que informou os assistentes ter sido convidado pelo Marechal Duque de Saldanha a ir a sua casa, para conferenciar com êle, e nessa conferência, ter êle declarado:

«que a Comissão Central não descança e que corra por onde correr e dê por onde der, ha de cumprir o seu dever e está resolvida a levar esta questão por diante, até se certificar de que a Independencia de Portugal não corre risco algum.»

A essas suas frases, Saldanha garantiu:

«que o Governo trabalha para que a Independencia não seja atacada directa ou indirectamente.»

Melo e Faro usou novamente da palavra para :

«salientar a politica espanhola de distribuir ultimamente condecorações em larga escala varios portugueses para que os galardoados façam a propaganda da união Ibérica desde que se sentasse um principe portuguez no trono de Espanha»

e ao terminar as suas considerações propõe:

«que, se o governo não tomar rapidas providencias para a Defesa Nacional, seja publicado um novo Manifesto em portuguez e em varias linguas estrangeiras e profusamente distribuido em Portugal e no estrangeiro.»

Essa proposta é defendida com entusiasmo pelo coronel D. António Melo Breyner, Alberto Osório de Vasconcelos, Eduardo Coelho, Francisco Manuel de Mendonça João Soares Luna, Luiz Filipe e Dr. Miguel Osório Cabral.

A leitura da Acta da sessão deste dia, da qual somente damos um breve resumo, evidencia o amor patriótico dessa pleiade de bons portugueses e o valor da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640. D. Luiz Lorena, Presidente da Comissão Central, que sobraçava, nesta data, a pasta da Marinha não pôde comparecer às sessões desde 8 de Junho, tendo Ayres de Sá Nogueira assumido, interinamente, a presidência.

Em sessão de 18 de Junho foi recebida a seguinte

CARTA

Dirigida pelo Marechal Duque de Saldanha, Presidente do Conselho de Ministros, ao Sr. Ayres de Sá Nogueira, servindo de Presidente da Comissão Central «1.º de Dezembro de 1640», enviando-lhe a resposta à mensagem da mesma Comissão pedindo o prompto armamento do Paiz.

III.mo e ex.mo sr. e meu amigo

Junta achará v.ex.^a a minha resposta á representação que tive a honra de receber, por mão de v. ex.^a, da patriotica Associação 1.º de Dezembro.

Trabalho com ardor para alcançar uma posição que satisfaça completamente às aspirações do mais acrisolado patriotismo, e merecer o reconhecimento de que, em amor da patria, da sua completa independencia e da sua felicidade ninguém excede ao que tem o prazer de se assignar.

De V. Ex.^a amigo obrig.^o
Duque de Saldanha

Pateo do Geraldès, 15 de junho de 1870.

Ponderei com especial cuidado a representação que, em nome da Commissão 1.^o de Dezembro de 1640, tive a honra de receber, pedindo para que o governo de sua magestade dê ás instituições militares de Portugal uma organização robusta, propriamente portugueza, e de tal modo adequada ás necessidades politicas e economicas da nação, que seja segura garantia da integridade absoluta do reino e da sua gloriosa independencia, e que, conjunctamente, mantendo firme a paz no interior e o respeito de estranhos seja o esteio mais excellente da grandeza moral e da honra do paiz.

Para mim, e para todos os membros do governo de sua magestade, é sobremaneira agradavel a elevação dos sentimentos que moveram o animo patriotico da Sociedade 1.^o de Dezembro a formalisar a briosa representação a que me reporto.

Os ardentes votos que fazeis pela integridade e pela manutenção da honra e dos direitos da nação, e muito superiormente a idéa generosa que se nota de que estareis sempre decididos a todos os sacrificios, que a conservação de tão sagrados bens possa exigir, deve confessar-se, para credito do paiz, na presença do mundo que nos contempla, que são os votos e as idéas de todos os membros da sempre heroica e muito illustre nação portugueza.

Eu, vós, e todos os portuguezes nos sentimos inspirados do nobre amor da patria; todos desejamos com verdade os seus progressos, o aperfeiçoamento das suas instituições, o augmento da sua riqueza e a manutenção do seu prestigio e da sua autonomia; e se n'esta louvavel senda nos faltasse a inspiração propria, incitatar-nos-hiam os exemplos soberbos de nossos maiores, cujos altos feitos nas guerras da independencia e da honra nacional tornam brilhantes innumeraveis paginas da nossa historia.

O infante é a miniatura perfeita do homem adulto. A minha infancia correu-me nos campos de batalha, começando nos da Roliça e Vimeiro, e depois n'esses seis anos da famosa epopeia nacional chamada guerra peninsular, contra os generaes mais eminentes dos exercitos temerosos do primeiro imperio francez, em defesa da independencia da patria, em cujo seio as aguias francezas buscavam fazer seu ninho. A minha vida exposta mil vezes nas suas aras, nas horas solemnes dos tremendos sacrificios, dá-lhe plena segurança do meu amor, da minha lealdade e do meu inalteravel enthusiasmo.

Os outros precedentes da minha vida publica, trabalhando sempre, com a espada, e com a penna, pela conquista das liberdades patrias, e pela elevação moral da sociedade portugueza, devem ser, para toda a gente de bem, para todos os corações sinceros e leais, uma garantia segurissima da minha politica presente e das minhas vistas futuras.

Não é necessario folhear o livro immenso da historia das nações para aprendermos que as muralhas, as naus e os exercitos, só por si, não bastam para manter na presença do mundo o prestigio de um povo, nem para fazer a sua felicidade, nem para assegurar a sua independencia. Em nossos dias, na Abyssinia, em Napoles e no Paraguay, exercitos numerosos e bem municados foram incapazes de suster a torrente irresistivel da liberdade do povos e do progresso moral da humanidade.

Em face da civilização actual, a independencia e a honra de um povo não se mantem sómente com o respeito que inspira a força armada; mas é indispensavel a sabedoria das suas instituições politicas e sociais, e a sua elevação gradual e sempre de nível com as conquistas seguras da civilização.

Os exercitos são armados para manter a paz; são os conservadores politicos da ordem publica, á sombra da qual devem prosperar as liberdades civicas e os interesse sociaes.

A paz e a sabedoria é que são os instrumentos mais seguros da independencia e da grandeza dos povos. O povo livre, que se administra a si proprio com sabedoria, e que sabe ser justo para com os povos estranhos, tem na sua propria organização a mais segura defesa e a mais justa rasão da sua independencia.

Os exercitos, que sustentam a paz interior, servem ao mesmo tempo para fazer os estrangeiros guardem ao paiz o respeito de que elle é credor pela excellencia e pela força da sua organização peculiar.

Nem a mim, nem a algum dos membros do gabinete de sua magestade passa pela mente que entre nas intenções de um governo nacional, ou de qualquer governo estrangeiro, o attentar contra os sagrados foros da patria portugueza: bem pelo contrario, tenho plena satisfação de poder assegurar á patriotica Sociedade 1.^o de Dezembro de 1640 que o governo de sua magestade tem todas as garantias, que politicamente póde haver, do maior respeito de todas as nações pela nossa autonomia, e da profunda admiração que inspiram os nossos brios nacionaes e as nossas aspirações do progresso.

É verdade que as instituições militares do nosso paiz carecem de profunda modificação para que possam, economica, politica e militarmente consideradas, satisfazer os mais importantes objectos

da sua alta destinação publica. Profundamente convicto d´esta incontestavel verdade, e tendo já na idéa o plano de uma extensa organização militar, tão economica como requerem as dificuldades da nossa fazenda, e tão forte quanto o exigem as mais justas conveniencias da nossa patria; tendo já na idéa esse plano, repito, logo que sua magestade me fez a honra de encarregar da presidencia do governo, um dos meus primeiros cuidados tem sido revê-la de novo com aquelle espirito pratico de quem quer applicá-lo promptamente ao paiz, e não já com aquellas arbitrariedades de fórma, de quem se recreia delineando no repouso do seu gabinete.

Quando fallo da organização do exercito quero entender não só a milicia propriamente dita, mas tambem a reunião de todos os meios materiaes para que ella possa cumprir com efficacia, com economia e com segura vantagem do paiz os seus destinos na ordem publica.

Tenho a convicção de que as minhas expressões, cheia de lealdade e amor patrio, devem ser agradaveis á Sociedade 1.º de Dezembro de 1640.

Lisboa, 15 de julho de 1870 - Duque de Saldanha

Foi resolvido dar-se a maior publicidade a essa carta, profusamente distribuída pelos jornais e câmaras municipais de todo o País.

Na sessão de 16 de Julho Luiz Filipe Leite informa ter conferenciado com o Ministro da Marinha D. Luiz Carvalho Lorena, Presidente efectivo da Comissão Central, informando ter o Governo decidido manter a neutralidade armada, perante o conflito entre a França e a Prússia, e tendo ordenado a partida dum official para a Bélgica a fim de adquirir 35.000 espingardas, declarando-lhe também que o Governo agradecia à Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 a maneira como ela trabalha pela Independência da nossa querida Pátria.

Pedro Augusto Ribeiro Gutierrez da Silva, inquilino do Palácio dos Condes de Almada e sócio da Comissão faleceu em 4 de Agosto de 1870, tendo-se conhecimento do seu falecimento na sessão de 6 de Agosto e de que a sua viúva e filhos permitiam que a Comissão continuasse a celebrar as suas sessões na Sala onde há anos as tem realizado.

Foi aprovado um voto de sentimento e encarregada a mesa de agradecer à viúva e filhos daquele vogal, que muitos serviços prestou à colectividade.

Realiza-se em 13 de Agosto outra importante sessão sob a presidência de Ayres Sá Nogueira, usando da palavra Luiz Filipe Leite. Chamou a atenção dos presentes para os perigos que ameaçam Portugal e para a questão latente do convite feito ao Rei D. Fernando II para aceitar a coroa de Espanha, congratulando-se com o discurso proferido na Câmara dos Pares pelo vogal Luiz Augusto Rebelo da Silva da Comissão Central na sessão de 6 de Agosto, acerca da situação de Portugal, discurso que terminava por estas palavras:

«Este berço é pequeno nas proporções, porem muito grande pelas suas tradições gloriosas.

«Não precisamos das glórias ou das grandezas de outra nação (apoiados). Bastam-nos as memorias da nossa historia e a benção de Deus com que abrimos as portas da aurora á Europa inteira (apoiados repetidos). Bem sei. Não temos que receiar enquanto nos conservarmos firmes, enquanto, como o centurião romano. dissermos - *hic manebimus optime*»

Foi resolvido nessa sessão a publicação dum novo Manifesto dando conta ao país dos esforços que a Comissão Central tem feito para manter a Independência Nacional e reclamando o auxílio das Câmaras Municipais, como representantes do povo português, para se interessarem pela nossa liberdade e para se levar a efeito o

armamento do País, sendo nomeada uma sub-Comissão composta de Melo e Faro, Filipe Leite e Melo Breyner para redigirem esse Manifesto.

É convocada uma Assembleia para 20 de Agosto e nessa noite é lida e aprovada a impressão e distribuição do seguinte :

Enviado em 10.11

MANIFESTO
Da
COMISSÃO CENTRAL PRIMEIRO DE DEZEMBRO DE 1640
Ao
POVO PORTUGUEZ

Compatriotas. Grave e solemne é o momento em que a Comissão Central Primeiro de Dezembro de 1640 se vos dirige.

Fiel ao seu compromisso de vigiar pela segurança e independencia da Patria, é-lhe imposto pelas ciscumstancias o dever de vos pôr ao facto dos esforços que tem empregado para o bom desempenho da sua missão, e de arredar de si responsabilidades que lhes não cabem.

Desde muito, quasi desde a sua origem insta a Comissão perante os governos, que rapidamente se teem succedido, pela adopção de providencias que salvaguardem a nossa cara Patria dos perigos que podem advir-lhe.

E, de feito, muitos podem resultar-lhe, já da propria desorganização e consequente afrouxamento dos laços que unem o povo aos poderes constituídos, já d estranhas ambições, porvntura julgadas do mais facil exito em presença da nossa desprecaução. E para isso podem concorrer tambem exigencias d´uma política subterranea, com que os governos de algumas grandes nações teem pretendido assentar o seu dominio sobre as rivaes, á custa d´outras de menor lote, que lhes parecem asdadas para servirem de compensação, ou constituirem o preço das suas tenebrosas machinações.

É certo, porém, que as nossas instancias teem sido consideradas importunas, ou, pelo menos, completamente esquecidas e desprezadas.

Entretanto formulou-as sempre a Comissão no tom mais cordeal e com a maior isempção de espirito partidario, a que se tem cuidadosamente conservado estranha, com quem tem plena consciencia de que a segurança do paiz não é questão de facções, mas de toda a nação.

E, já cançada pelo constante mallogro das suas indicações e alvitres, que verbal e repetidamente tinha até então apresentado, resolveu a Comissão compendiar as suas idéias e expressar os seus votos em uma representação, que, levada ao actual Presidente do conselho e ministro da Guerra, servisse de incentivo para se attender de preferencia á grande questão da organização da defesa nacional, tão promptamente como, nas melindrosas circunstancias que atravessamos, o exigia o espirito publico sobressaltado por extraordinarios acontecimentos.

A esta representação respondeu em nome do governo o sr. Presidente do conselho, com uma carta que foi dada á estampa, e na qual, da maneira mais accentuafda, se comprometteu a procurar satisfazer completamente a grande aspiração

nacional de que a Comissão Central Primeiro de Dezembro, por unanime consenso do paiz, se constituiu centro e orgão.

Parece que, na posse effectiva de todos os poderes, teria comprehendido por certo qualquer governo sinceramente devotado á causa publica:

Que a remodelação das nossas leis militares em ordem a multiplicar as forças defensivas, sem augmento dos encargos ordinarios, mas antes com diminuição d elles, tanto para os cidadãos, como para os cofres publicos, era medída inteiramente necessaria para a segurança do reino;

Que a redução equitativa das despezas desde a mais alta gerarchia social até ás inferiores camadas do funcionalismo, e o proporcional aumento e a justa repartição dos tributos sobre todos os valores, eram indispensaveis para o equilibrio do orçamento, o restabelecimento da boa ordem na administração, e consequentemente da confiança sem a qual não ha estabilidade;

Que para complemento e efficacia d ´estas duas condições,- segurança do reino e confiança nos poderes publicos-não se podia prescindir da elevação do nivel moral e intellectual da população, impondo o ensino primario obrigatorio ao primeiro elo da organização administrativa,- a parochia; e o ensino profissional e tecnico aos districtos, por forma que, com o derramamento da instrução se fortificasse a dignidade dos povos, e elles comprehendessem em toda a sua plenitude os direitos e encargos inherentes á qualidade de cidadão d´uma nação livre.

Ter-se-iam assim lançado as bases d´ um rejuvenescimento social e preparado os elementos d´um futuro estavel, tranquillo e prospero.

Infelizmente, porém, vê com magoa a Comissão Central Primeiro de Dezembro, e com ella todo o paiz, que na actualidade os poderes publicos teem descurado a parte, de certo, mais nobre e elevada da sua missão, e que, á similhança de outras situações, talvez mais preocupadas com a sua propria conservação, que attentas á manutenção da Independencia do reino, nenhuma medida tem tomado no intuito de a collocar ao abrigo de imprevistas emergencias.

Não quer a Comissão inquietar-vos o animo com as reflexões a que se prestaria a apreciação minuciosa da indiferença, tibieza, ou falta de consciencia de dever, que tem sido causa de tão estranho procedimento dos governos, e precisa prevenir o vosso espirito contra toda e qualquer conjectura suspeitosa, porque em terra de portuguezes não lhe parece, e crê que não é admissivel, outra causa que não seja a menor capacidade, o menor impulso, daquelles nobilissimos dotes de espirito e de coração, com que os nossos maiores souberam portar-se em muitas e difficeis circunstancias, honrando o nome portuguez, e legando-nos exemplos de energia e dedicação, ainda hoje valioso thesouro para a geração actual como para as vindouras, se aqueles a quem toca a responsabilidade do poder quizerem imital-os.

E a situação, tanto interna, como europea, aconselhava qualquer governo, á altura do seu mandato, a proceder resolutamente. Era intuitivo que nos enredos, ou conluídos politicos que podiam surgir de futuras complicações.

Desgraçadamente porém não o entenderam assim os governos, que tem assistido ás mais angustiosas inquietações do espirito publico, desde muito attento para os acontecimentos do vizinho reino, onde, depois da revolução da Cadiz, se tornou mais intensa a velha propaganda de annexação de Portugal.

Tinha subido alli essa propaganda até ás regiões do poder e tomado o character de uma aspiração official, desde que o general Prim , Presidente do conselho de ministros , proclamou em pleno congresso que era preciso que os hespanhoses se

